



**WE ACCELERATE
BUSINESSES!**

BRQ Digital Solutions





BRQ SOLUÇÕES EM INFORMATICA S.A.

CNPJ/MF 36.542.025/0001-64

NIRE 35.300.451-23-6

COMPANHIA ABERTA

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA
BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025**



Índice

| | |
|--|---|
| I. Mensagem | 4 |
| II. Demonstrações Financeiras | 4 |
| III. Destinação do Lucro Líquido | 4 |
| IV. Remuneração - Diretoria e Conselho | 6 |
| V. Eleição e Reeleição - Membros do Conselho Administração | 6 |
| VI. Considerações Finais | 7 |
| VII. Anexos | 7 |



I. Mensagem

Prezados Srs. Acionistas

A Administração da **BRQ Soluções em Informática S.A.** (“**BRQ**” ou “**Companhia**”) vem por meio desta, apresentar sua proposta (“Proposta”) acerca das matérias constantes da ordem do dia da **Assembleia Geral Ordinária** da Companhia a ser realizada no dia **17 de abril de 2025, às 09 horas** (“**Assembleia**”).

II. Demonstrações Financeiras

Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da Companhia preparadas pela Administração, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2024, **publicados no dia 21 de fevereiro de 2025** no jornal “**Valor Econômico**”, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 20 de fevereiro de 2025.

O Conselho de Administração emitiu, parecer no sentido de que as citadas demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas estão em condições de serem apreciadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária.

As Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.brq.com/investidores/>), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

III. Destinação do Lucro Líquido

Proposta da Administração de Destinação do Lucro Líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

A Administração da Companhia apresenta à Assembleia Geral Ordinária a Proposta da Administração de destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de **R\$ 62.498.501,47** (Sessenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quinhentos e um reais e quarenta e sete centavos), conforme segue:

(a) **R\$ 31.249.250,74** (Trinta e um milhões, duzentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais e setenta e quatro centavos) para distribuição de dividendo obrigatório e adicional, distribuídos conforme descrito abaixo:

- ✓ Ratificar o pagamento de **R\$ 15.624.625,37** (Quinze milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e trinta e sete centavos) para distribuição de **dividendos obrigatórios (25%)**,



calculados nos termos da legislação vigente e com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2024, correspondentes a **R\$ 0,11848760 por ação**, com pagamento realizado aos Senhores Acionistas no **dia 26 de fevereiro de 2025**, conforme deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada na data de 20.02.2025.

Fizeram jus ao recebimento dos dividendos obrigatórios os Senhores Acionistas com posição de ações da Companhia no dia **25 de fevereiro de 2025**.

Incidirá sobre o pagamento dos dividendos obrigatórios a aplicação da atualização monetária pela variação do IGP-M do mês anterior à referida atualização e calculado pro rata temporis, a partir da data do encerramento do exercício social até a data do seu efetivo pagamento aos acionistas. Essa atualização, importa em **R\$ 80.251,69** (Oitenta mil, duzentos e cinquenta e um mil, sessenta e nove centavos) e correspondente a **R\$ 0,00060858** por ação.

- ✓ **Dividendos adicionais (25%)** no montante de **R\$ 15.624.625,37** (Quinze milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e trinta e sete centavos), calculados nos termos da legislação vigente e com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2024, correspondentes a **R\$ 0,11857479 por ação**, com pagamento aos Senhores Acionistas no dia **28 de abril de 2024**.

Farão jus ao recebimento dos dividendos adicionais os Senhores Acionistas com posição de ações da Companhia no dia **22 de abril de 2025**.

Poderá incidir sobre o pagamento dos dividendos adicionais a aplicação da atualização monetária pela variação do IGP-M do mês anterior à referida atualização e calculado pro rata temporis, a partir da data do encerramento do exercício social até a data do seu efetivo pagamento aos acionistas. O valor desta atualização será informado oportunamente na ata da Assembleia.

- ✓ Não haverá destinação de lucro à Reserva Legal neste exercício social, tendo em vista que o valor que constitui tal reserva atingiu o seu limite, correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

(b) Aprovar o orçamento de capital da Companhia tendo em vista o crescimento e projeções realizadas para os negócios, no montante total de **R\$ 131.658.533,75** (Cento e trinta e um milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos), nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, conforme Anexo V.



IV. Remuneração - Diretoria e Conselho

Proposta de Remuneração Global dos membros da Diretoria e Conselho de Administração para o exercício de 2025

A Administração da Companhia apresenta à Assembleia Geral Ordinária a proposta de remuneração global anual total de até **R\$ 9.287.726,88** (Nove milhões, duzentos e oitenta e sete mil, setecentos e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos). A totalidade da remuneração ora aprovada será destinada à Diretoria **R\$ 6.791.697,75** (Seis milhões, setecentos e noventa e um mil, seiscentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos), aos Conselheiros **R\$ 683.956,80** (Seiscentos e oitenta e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos) e o valor de até **R\$ 1.812.072,33** (Hum milhão, oitocentos e doze mil, setenta e dois reais e trinta e três centavos) será pago a título de remuneração variável, esta última a ser concedida nas condições propostas e fixadas pela Administração da Companhia, cuja distribuição será deliberada pelo Conselho de Administração.

Tais valores de remuneração referem-se ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2025.

V. Eleição e Reeleição - Membros do Conselho Administração

Proposta da Administração para reeleição dos Membros do Conselho de Administração

A Administração da Companhia apresenta à Assembleia Geral Ordinária a eleição e reeleição dos membros do Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos.

- (i) **Benjamin Ribeiro Quadros**, brasileiro, casado, bacharel em informática, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade nº 63.120.119-1, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 916.346.607-49 como **Presidente do Conselho de Administração**;
- (ii) **Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues**, brasileiro, divorciado, bacharel em informática, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade nº 07.357.433-7, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 994.033.157-68 como **Vice-Presidente do Conselho de Administração**;
- (iii) **Mônica de Araujo Pereira**, brasileira, casada, Bacharel em Informática, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, portadora da Carteira de Identidade nº 07.212.720-2, expedida pela IFP/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 013.924.297-06 como **Membro Titular do Conselho de Administração**;
- (iv) **Daniel Luiz Gleizer**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade nº 4249867, expedido pelo Detran/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 628.724.277-91 como **Membro Titular Independente do Conselho de Administração**;



- (v) **Luiz Alves Paes de Barros**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade nº 3.472.461-8, expedido pelo SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 272.014.578-53 como **Membro Titular Independente do Conselho de Administração**; e
- (vi) **Nísia Verônica Trindade Lima**, brasileira, divorciada, socióloga, residente e domiciliada na Cidade de Brasília no Distrito Federal, portadora da Carteira de Identidade nº 03794935-1, expedido pelo Detran/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 425.005.407-15 como **Membro Titular Independente do Conselho de Administração** indicada pela acionista **BNDESPAR**.

Os Conselheiros ora eleitos tomam posse para exercício de mandato a contar de 1 de maio de 2025.

VI. Considerações Finais

Sendo somente o que se apresenta para o momento, renovamos os protestos de elevada estima e consideração e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

VII. Anexos

Anexo I: FRE - Seção 02 - Comentários dos Diretores

Anexo II: FRE - Seção 07 - Assembleia Geral e Administração (7.3 a 7.6)

Anexo III: FRE - Seção 08 - Remuneração dos Administradores

Anexo IV: Destinação do Lucro Líquido (Anexo A - Resolução CVM Nº 81, 29/03/2022)

Anexo V: Orçamento de Capital

São Paulo, 18 de março de 2025.

BRQ SOLUÇÕES EM INFORMATICA S.A.

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues
Diretor de Relações com Investidores



Anexo I: FRE - Seção 02 - Comentários dos Diretores

Índice

| | |
|--|----|
| 2. Comentário dos diretores | |
| 2.1 Condições financeiras e patrimoniais | 1 |
| 2.2 Resultados operacional e financeiro | 13 |
| 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases | 15 |
| 2.4 Efeitos relevantes nas DFs | 17 |
| 2.5 Medições não contábeis | 19 |
| 2.6 Eventos subsequentes as DFs | 25 |
| 2.7 Destinação de resultados | 26 |
| 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 29 |
| 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados | 30 |
| 2.10 Planos de negócios | 31 |
| 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional | 35 |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11, serão apresentadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e suas respectivas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

As informações dos itens 2.1 a 2.11, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações sobre as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores da Companhia (<https://www.brq.com/investidores>), no website da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br)

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao ativo total e/ou passivo total e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Por meio da análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante a Companhia acredita que seu capital de giro permite liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, suas despesas e suas obrigações para os próximos anos.

A Companhia entende a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis em instituições financeiras são suficientes para suportar o financiamento de suas atividades e cobrir a necessidade de recursos para a realização do plano de negócios da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Segue abaixo informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

| (Em milhares de R\$, exceto percentuais) | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| Patrimônio Líquido | 231.187 | 208.163 | 177.853 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 170.668 | 157.987 | 158.895 |
| Dívida Bruta (a) | 8.461 | 22.222 | 41.757 |
| Caixa líquido (b) | (162.207) | (135.765) | (117.138) |
| | | | |
| Lucro líquido do período / exercício | 62.996 | 69.717 | 85.452 |
| | | | |
| EBITDA Ajustado (c) | 102.413 | 118.504 | 151.286 |
| Margem EBITDA Ajustado (%) (d) | 17,60% | 18,00% | 20,01% |

(a) A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante). A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(b) A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Líquida de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(c) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado em 2024 com itens não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia, sendo eles: despesas com esforços para aquisição de empresas, despesas com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização e pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia; em 2023: despesas com esforços para

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aquisição de empresas e despesas com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

(d) A Margem EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA Ajustado conforme descrito do item acima sobre a receita líquida de vendas e serviços prestados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia apresentam uma queda relativa de 2024 vs 2023 é transitória devido a retração do próprio mercado, sem impactos sobre os fundamentos do negócio, apresentando uma capacidade financeira sólida, fortalecida pelo nosso compromisso com a inovação, excelência e eficiência operacional, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, obteve receita líquida de R\$ 581.866 mil (R\$ 658.339 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023) e lucro líquido de R\$ 62.996 mil (R\$ 69.717 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia era de R\$ 170.669 mil, manteve o patamar de 31 de dezembro de 2023, que correspondia a R\$ 157.987 mil, um aumento de 8%.

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa da Companhia é superior às suas obrigações de curto prazo.

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

médio prazo. Em 31 de dezembro 2024, a Companhia possui capital circulante líquido positivo e o nível de endividamento da Companhia encontra-se de patamar adequado.

Considerando seu nível de endividamento, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

b. Estrutura de capital

A Administração considera que a execução da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico (por aquisições) depende da utilização de fontes de financiamento compatíveis com volumes de capital, prazos de amortização longos e perfis de risco adequados.

O objetivo da Administração da Companhia no processo de administração do capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir custos e manter o equilíbrio adequado.

A estrutura de capital da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo:

| (Em milhares de reais, exceto percentuais) | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| Patrimônio Líquido | 231.187 | 208.163 | 177.853 |
| Passivo Total + Patrimônio Líquido | 392.006 | 381.260 | 414.873 |
| Capital Próprio (a) | 58,98% | 54,60% | 42,87% |

| (Em milhares de reais, exceto percentuais) | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| Passivo Circulante e não Circulante | 160.819 | 173.097 | 237.020 |
| Passivo Total + Patrimônio Líquido | 392.006 | 381.260 | 414.873 |
| Capital de Terceiros (b) | 41,02% | 45,40% | 57,13% |

(a) O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

(b) O capital de terceiros da Companhia é representado pela somatória do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou emissão de dívidas a mercado.

Periodicamente, a Administração da Companhia revisa a estrutura de capital e habilidade de liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

i. hipóteses de resgate

A Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações resgatáveis.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que Companhia tem liquidez e recursos suficientes para saldar compromissos de curto prazo, mas depende de sua geração de caixa futura para garantir que tal situação permanecerá estável. A Companhia tem apresentado adimplemento e pontualidade em relação aos compromissos financeiros assumidos. O capital de giro (saldo necessário para garantir a continuidade do funcionamento da Companhia) em 31 de dezembro de 2024 da Companhia, incluindo recursos em caixa e linhas já aprovadas de financiamento bancário, é suficiente para atender as suas exigências operacionais e financeiras imediatas.

A Administração entende que os índices abaixo indicam que a Companhia possui ativos e capacidade de geração de caixa em montante suficiente para fazer frente às suas obrigações e monitora continuamente os indicadores de liquidez, acreditando que eles apresentam níveis compatíveis com as práticas de mercado no setor de atuação. Os principais indicadores de liquidez considerados são:

| (Em milhares de R\$, exceto percentuais) | Em 31 de dezembro de | | |
|--|----------------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Ativo circulante | 256.259 | 254.694 | 287.165 |
| Passivo circulante | 117.097 | 110.468 | 153.842 |
| Índice de Liquidez Corrente (ILC) (a) | 2,19% | 2,31% | 1,87% |
| Ativo total | 392.006 | 381.260 | 414.873 |
| Passivo total | 160.819 | 173.097 | 237.020 |
| Índice de Liquidez Geral (ILG) (b) | 2.44% | 2.20% | 1,75% |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(a) Medido pela relação entre o ativo circulante e o passivo circulante.

(b) Medido pela relação entre o ativo total (ativo circulante + ativo não circulante) e o passivo total (passivo circulante + passivo não circulante).

Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos no contrato da 1ª emissão das debêntures a administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- Dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses: Menor ou igual a 2,5

O não cumprimento do índice, por dois trimestres consecutivos ou alternados, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos covenants. A Companhia também acompanha outros covenants qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2024 foram atendidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, em captação de Certificados de Depósitos Bancários, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, e operações de emissão de debêntures, conforme apresentado a seguir:

| (Em milhares de R\$, exceto percentuais) | Em 31 de dezembro de | | | | |
|--|----------------------|------|------|------|---------|
| | 2024 | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 |
| Recursos de instituições financeiras | - | - | - | - | 11.235 |
| (-) Custos de captação | - | - | - | - | (35) |
| Recursos de emissão de títulos | - | - | - | - | 60.000 |
| (-) Custos de captação | - | - | - | - | (1.715) |

A Companhia mantém um saldo confortável em caixa e equivalentes de caixa, sendo seu total em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 170.668 mil. Os Diretores da Companhia entendem que as fontes de financiamento são adequadas ao perfil de endividamento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. A maior parte dos investimentos previstos para 2024 será financiada com capital de terceiros proveniente das debêntures emitidas em 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Tais recursos podem ser complementados pela geração de caixa operacional da Companhia e por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar projetos relacionados à inovação tecnológica. Caso venha a enfrentar eventuais deficiências de liquidez, a Companhia poderá recorrer à utilização do limite pré-aprovados para capital de giro junto aos Bancos Itaú, Santander e Bradesco.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo, ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

| (R\$ mil, exceto %) | | | | | 31 | | |
|------------------------|--------|-----------------|----------|-------------------|----|--------------|---------------|
| Instituição Financeira | Venc. | Taxa Pré (a.a.) | Taxa pós | Garantia | | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Bradesco (c) | mar/25 | 1,53% | 100% CDI | Recebíveis/Fiança | | 3.555 | 18.322 |
| TOTAL | | | | | | 3.555 | 18.322 |

* Linha de crédito

(c) 1ª Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, distribuídas com esforços restritos, com pagamento mensal de juros e pagamento do principal iniciado em abril/2020, com vencimento em março/2025, a dívida tem garantia real da cessão fiduciária de recebíveis, contrato de prestação de prestação de serviços entre o Bradesco e BRQ e garantia adicional fidejussória registrada nos Cartórios de Registros e Documentos da Cidade de Barueri e da Cidade de São Paulo.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

| (Em milhares de R\$, exceto percentuais) | | | | | | | |
|--|-----------------------|---------------|------------|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Entidade | Data final vencimento | Taxa pré a.m. | Tipo | Bens | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Santander Leasing S.A. | ago/26 | 0,94% a 1,42% | Financeiro | Equipamentos de informática | 1.108 | 3.759 | 8.551 |
| Banco Daycoval | dez/26 | 1,48% | Financeiro | Equipamentos de informática | 428 | - | 28 |
| TOTAL | | | | | 1.536 | 3.759 | 8.579 |

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Algumas de suas dívidas são garantidas por alienação fiduciária e fiança das pessoas físicas controladoras da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição (“Debêntures”). As Debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a:

(i) aprovação de matérias concernentes à fusão, cisão, liquidação, incorporação ou qualquer forma de reestruturação societária, incluindo incorporação de ações, que resulte: (a) em mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário direto e indireto da Companhia; ou (b) em redução da participação acionária dos Controladores na Companhia, exceto se com prévia anuência dos titulares das Debêntures

(ii) aprovação de (i) distribuição de dividendos acima do mínimo legal, (ii) pagamento de juros sobre o capital próprio ou a (iii) realização de quaisquer outros pagamentos pela Companhia a seus acionistas, sendo certo que em qualquer caso, a distribuição de dividendos pela Companhia está limitada a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020;

(iii) a criação de quaisquer ônus, gravame ou impedimento sobre os direitos creditórios cedidos fiduciariamente em garantia aos titulares das Debêntures;

(iv) não observância por dois trimestres consecutivos ou alternados, do índice financeiro relacionado a seguir (“Índice Financeiro”) por todo o período de vigência das Debêntures, a serem apurados pela Companhia trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia.

• Dívida Financeira Líquida/EBITDA: menor ou igual a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos).

Sendo considerado:

“Dívida Financeira Líquida” saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia, as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida em moeda local ou internacional, os resultados, negativos, das operações de proteção patrimonial (Hedge), excluindo-se os efeitos do IFRS 16 e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, os depósitos diretamente vinculados a estes empréstimos e financiamentos e resultados positivos das operações de proteção patrimonial; e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

“EBITDA” o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses

(v) alteração dos principais ramos de negócio da Companhia, conforme previsto em seu Estatuto Social, ou realização de operações fora de seu objeto social ou prática de qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com a Escritura de Emissão das Debêntures, em especial os que possam comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os debenturistas.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia utilizava os seguintes percentuais dos limites para capital de giro:

| Banco | Valor do Limite (Em milhares de reais) | Percentual Utilizado |
|-----------|--|----------------------|
| Itaú | 10.000 | 0,00% |
| Santander | 10.000 | 0,00% |
| Bradesco | 5.000 | 0,00% |

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa (em milhares de reais, exceto %)

| DRE | 31/12/2024 | AV % | AH % | 31/12/2023 | AV % |
|---|------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|
| Receita líquida dos serviços prestados | 581.866 | 100,0% | -11,6% | 658.339 | 100,0% |
| Custo dos serviços prestados | (370.924) | -63,7% | -12,4% | (423.211) | -64,3% |
| Lucro bruto | 210.942 | 36,3% | -10,3% | 235.128 | 35,7% |
| Margem bruta | 36,3% | | | 35,72% | |
| (Despesas) / receitas operacionais | | | | | |
| Despesas administrativas | (125.027) | -21,5% | -7,5% | (135.096) | -20,5% |
| Perdas de crédito esperadas | (1.212) | -0,2% | 1920,0% | (60) | 0,0% |
| Outras despesas operacionais | (14) | 0,0% | -36,4% | (22) | 0,0% |
| Outras receitas operacionais | 4.684 | 0,8% | 116,4% | 2.165 | 0,3% |
| | (121.569) | -20,9% | -8,6% | (133.013) | -20,2% |
| | -20,9% | | | | |
| Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos | 89.373 | 15,4% | -12,5% | 102.115 | 15,5% |
| Receitas financeiras | 14.169 | 2,4% | -3,3% | 14.645 | 2,2% |
| Despesas financeiras | (13.922) | -2,4% | -0,5% | (13.985) | -2,1% |
| | 247 | 0,0% | -62,6% | 660 | 0,1% |
| Lucro antes dos tributos | 89.620 | 15,4% | -12,8% | 102.775 | 15,6% |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (28.345) | -4,9% | -15,9% | (33.709) | -5,1% |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 1.721 | 0,3% | 164,4% | 651 | 0,1% |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

| | | | | | |
|--|---------------|--------------|--------------|---------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | 62.996 | 10,8% | -9,6% | 69.717 | 10,6% |
| Atribuível aos acionistas controladores | 62.496 | 10,7% | -9,9% | 69.374 | 10,5% |
| Atribuível aos acionistas não controladores | 500 | 0,1% | 45,8% | 343 | 0,1% |

• Receita líquida

A Companhia atingiu R\$ 582 milhões em receita líquida, 11,6% inferior à reportada no mesmo período do ano anterior, principalmente devido a retração em serviços tradicionais nos clientes da base.

• Custos das vendas e dos serviços prestados

O custo das vendas e dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 370.924 mil, representando uma redução de R\$ 52.287 mil, ou -12,35%, comparado a R\$ 423.211 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O custo é composto 94,94% por custo de pessoal, que foi responsável pela redução de R\$ 50.798 mil devido basicamente a redução no quadro de funcionários.

• Resultado Bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 210.942 mil, representando uma redução de R\$ 24.186 mil, ou -10,29%, comparado a R\$ 235.128 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

A queda relativa observada em 2024 vs. 2023 é transitória devido a retração do próprio mercado, sem impactos sobre os fundamentos do negócio.

Temos capacidade financeira sólida, fortalecida pelo nosso compromisso com a inovação, excelência e eficiência operacional.

• Despesas Administrativas

As despesas administrativas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 125.027 mil, representando uma redução de R\$ 10.069 mil, ou -7,45%, comparado a R\$ 135.096 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. As despesas administrativas têm a seguinte composição:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | AH | AH% |
|---------------------------|-------------------|-------------------|-----------|------------|
| Com pessoal | (102.026) | (105.760) | 3.734 | -3,53% |
| Serviços com terceiros | (11.367) | (11.446) | 79 | -0,69% |
| Aluguéis e condomínios | (342) | (487) | 145 | -29,77% |
| Depreciação e amortização | (7.396) | (6.881) | (515) | 7,48% |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

| | | | | |
|---|------------------|------------------|---------------|---------------|
| Comunicações | (267) | (419) | 152 | -36,28% |
| Impostos e taxas | (837) | (647) | (190) | 29,37% |
| Contribuições sindicais/associação classe | (318) | (310) | (8) | 2,58% |
| IPTU | (97) | (60) | (37) | 61,67% |
| Energia elétrica | (52) | (153) | 101 | -66,01% |
| Outras despesas administrativas | (2.325) | (8.933) | 6.608 | -73,97% |
| Despesas administrativas | (125.027) | (135.096) | 10.069 | -7,45% |

• Outras (despesas) receitas operacionais

As despesas operacionais, da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$14 mil, representando uma redução de R\$ 8, ou -36,36%, comparado com R\$ 22 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

As receitas operacionais, da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 4.684 mil, representando um aumento de R\$ 2.519 mil ou 116,35%, comparado com R\$ 2.165 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

• Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos

Devido aos motivos descritos acima, o resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 89.373 mil, representando uma redução de R\$ 12.742 mil, ou -12,48%, comparado a R\$ 102.115 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

• Receitas Financeiras

A receita financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 14.169 mil, representando uma redução de R\$ 476 mil, ou -3,25%, comparado a R\$ 14.645 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

• Despesas financeiras

A despesa financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 13.922 mil, representando uma redução de R\$ 63 mil, ou -0,45%, comparado a R\$ 13.985 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

• Lucro antes dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 89.620 mil, representando uma redução de R\$

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

13.155 mil, ou -12,80%, comparado a R\$ 102.775 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

• Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Devido aos motivos descritos acima o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 26.624 mil, representando uma redução de R\$ 6.434 mil, ou -19,46%, comparado a R\$ 33.058 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

• Lucro líquido do período

Devido aos motivos descritos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 62.996 mil, representando uma redução de R\$ 6.721 mil, ou -9,64%, comparado a R\$ 69.717 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é composta pela prestação de serviços de suporte ao cliente na adaptação de seus processos para meio digital (transformação digital). As receitas podem advir de projetos de curto ou longo prazo provenientes de cobrança de homem-hora (time-sheet), com ou sem valor limite de cobrança para o projeto (price cap).

A tabela abaixo apresenta a receita líquida de vendas e serviços da Companhia para o último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 referente ao único segmento operacional da Companhia:

| Em milhares de R\$ | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Receita líquida de vendas e serviços | 581.866 | 658.339 | 755.973 |

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A redução registrada no comparativo entre 2024 e 2023 reflete um movimento diretamente influenciado pelo contexto de retração do mercado. Reforçamos que essa variação não altera os sólidos fundamentos que sustentam nosso negócio. Nossa saúde financeira permanece robusta, apoiada em um compromisso permanente com inovação, excelência e eficiência operacional.

Encerramos o período com um desempenho financeiro e operacional consistente, demonstrando a capacidade de adaptação e resiliência de nossas operações diante de desafios externos. Durante a análise dos resultados, identificamos importantes oportunidades de aprimoramento e estamos já executando ações estratégicas para impulsionar a performance futura.

Nosso foco contínuo em inovação, controle eficiente de custos e resposta rápida às mudanças do mercado segue como um diferencial competitivo, garantindo a sustentabilidade e o crescimento de longo prazo.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Apesar da renovação da maioria dos contratos de prestação de serviço de software serem influenciados pelos índices de inflação, não é possível estimar a variação da receita vinculada a este

2.2 Resultados operacional e financeiro

único fator pois as atividades da Companhia são precificadas individualmente em cada negociação comercial e varia a depender do tipo de serviço prestado.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A Companhia pode ter seu resultado operacional impactado pela taxa de inflação, uma vez que a maior parte de seus custos e despesas (pessoal, encargos e benefícios) são reajustados anualmente com base no dissídio coletivo das categorias de profissionais contratados, e as negociações sindicais costumam tomar por base indicadores de inflação do ano anterior.

As variações dos índices de inflação impactam fortemente os custos e despesas da Companhia, já que o IGP- M e o IPC-A são utilizados como referencial para reajuste dos serviços contratados pela mesma e também para cálculo do dissídio dos profissionais, sendo este último responsável pelo aumento do principal item de custo da Companhia.

Adicionalmente, o resultado financeiro da Companhia é impactado, basicamente, por variações no CDI, em função das debentures e aplicações financeiras.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e suas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Na preparação dessas informações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

a) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)**

Em 1º de janeiro de 2024, entraram em vigor alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1, que impactam a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, especialmente aqueles sujeitos a cláusulas restritivas. A norma visa esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. A Companhia avaliou os impactos dessas alterações e concluiu que não houve efeitos significativos em suas demonstrações financeiras, pois seus passivos já estavam classificados em conformidade com os novos critérios. Além disso, os covenants existentes não afetam a classificação de seus passivos e não apresentam riscos de descumprimento.

b) **Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior (alterações ao CPC 06/IFRS 16)**

Em 1º de janeiro de 2024, entraram em vigor as alterações ao CPC 06 (R2) / IFRS 16, que tratam do reconhecimento do passivo de arrendamento em operações de venda e arrendamento posterior. O Grupo avaliou as mudanças e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações financeiras, pois não possui operações de venda e arrendamento posterior.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

c) Acordos de financiamento de fornecedores – (alterações ao CPC03/IAS7 e CPC40/IFRS 7)

Em 1º de janeiro de 2024, entraram em vigor as alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7, que introduzem novos requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores.

No qual devem ser fornecidas informações detalhadas sobre esses acordos, incluindo termos e condições que possam impactar fluxos de caixa; Valores pendentes e sua apresentação no balanço patrimonial e impactos na liquidez e no risco financeiro da empresa. A Companhia avaliou essas alterações e concluiu que não há impacto em suas demonstrações financeiras, pois não possui acordos de financiamento de fornecedores.

d) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, visto que na avaliação da companhia as alterações não apresentam impacto.

e) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)

Em 1º de janeiro de 2025, entraram em vigor as alterações ao CPC 02 / IAS 21, que esclarecem a contabilização de transações em moedas sem conversibilidade. A norma agora exige que as empresas avaliem a taxa de câmbio aplicável em cenários onde a moeda local não pode ser convertida em uma moeda estrangeira de forma livre e imediata. Isso inclui considerar taxas alternativas utilizadas em transações reais e outros fatores que reflitam o valor econômico da moeda.

Não se espera que a seguinte norma tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo pois não opera em mercados com restrições significativas de conversibilidade cambial.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não contém ressalvas e nem ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da TOP. O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da TOP é limitado à R\$38.192, e é composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$4.140 já paga na data de fechamento da transação; uma parcela de R\$1.552 paga em maio de 2022 referente ao ajuste de preço do valor pago à vista; e parcelas fixas anuais a prazo, sendo 3 (três) parcelas em valor fixo (R\$2.500 cada); e 3 (três) parcelas anuais em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$25.000, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pelos vendedores da TOPi, de metas atreladas à performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo (subsequente) à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

Em 02 de janeiro de 2023 a Companhia formalizou a incorporação da TOP, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia nos exatos termos do Protocolo e Justificação, sem aumento do capital social da Companhia uma vez que (i) a Companhia é titular da totalidade das quotas da incorporada; (ii) os investimentos da Companhia na incorporada estão avaliados com base no método de equivalência patrimonial, nos termos do art. 248 da Lei das S.A., de modo que o valor do patrimônio líquido da TOP, ora incorporado pela Companhia, já se encontra devidamente refletido nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não acarretará em acréscimo e/ou redução dos valores constantes de suas demonstrações financeiras.

Em 07 de abril de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da QDOIS. O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da QDOIS é limitado a R\$48.261, e é composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$8.261 já paga na data de fechamento da transação; e parcelas fixas anuais a prazo, sendo 3 (três) parcelas em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$40.000, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pelos vendedores da QDOIS de metas atreladas à performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo (subsequente) à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em 02 de janeiro de 2023 a Companhia formalizou a incorporação da QDOIS, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia nos exatos termos do Protocolo e Justificação, sem aumento do capital social da Companhia uma vez que (i) a Companhia é titular da totalidade das quotas da incorporada; (ii) os investimentos da Companhia na incorporada estão avaliados com base no método de equivalência patrimonial, nos termos do art. 248 da Lei das S.A., de modo que o valor do patrimônio líquido da QDOIS, ora incorporado pela Companhia, já se encontra devidamente refletido nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não acarretará em acréscimo e/ou redução dos valores constantes de suas demonstrações financeiras.

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

Seguindo as práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis que não consistem em medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). A Administração acredita que a apresentação dessas medidas fornece informações úteis para investidores terem entendimento adicional da performance operacional e resultados financeiros da Companhia. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras Companhias devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Ainda que as medidas não contábeis sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527/12.

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. O EBITDA Ajustado, por seu turno, é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 itens não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia, sendo eles: pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia; em 2023: despesas com esforços para aquisição de empresas, despesas com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização e pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia.

O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias."

2.5 Medições não contábeis

A Margem EBITDA é um indicador calculado através da divisão do EBITDA pela Receita líquida de vendas e serviços prestados do período, enquanto a Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela Receita líquida de vendas e serviços prestados.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margens EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado para os últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

| (Em milhares de Reais, exceto percentuais) | Exercício Social encerrado em | | |
|--|-------------------------------|------------|------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| EBITDA | 101.893 | 115.488 | 144.052 |
| Margem EBITDA % | 17,51% | 17,54% | 19,06% |
| EBITDA Ajustado | 102.413 | 118.504 | 151.286 |
| Margem EBITDA Ajustado % | 17,60% | 18,00% | 20,01% |

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado corresponde ao lucro líquido descontado dos Ajustes do EBITDA.

O Lucro Líquido Ajustado não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), tampouco representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos dos indicadores contábeis do desempenho operacional, como indicadores de liquidez, tampouco como base para distribuição de dividendos. O Lucro Líquido Ajustado corresponde ao Lucro Líquido descontado dos Ajustes do EBITDA descritos acima.

O Lucro Líquido (%) é um indicador calculado através da divisão do Lucro Líquido pela Receita Líquida de vendas e serviços prestados do período, enquanto o Lucro Líquido Ajustado (%) consiste no Lucro Líquido Ajustado dividido pela Receita Líquida de vendas e serviços prestados.

2.5 Medições não contábeis

Seguem abaixo os valores do Lucro líquido ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

| (Em milhares de Reais, exceto percentuais) | Exercício Social encerrado em | | |
|--|-------------------------------|------------|------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Lucro líquido | 62.996 | 69.717 | 85.452 |
| Lucro líquido (%) | 10,83% | 11,59% | 11,30% |
| Lucro Líquido ajustado | 63.016 | 72.733 | 92.686 |
| Lucro líquido (%) | 10,83% | 11,05% | 12,26% |

A Companhia utiliza o Lucro Líquido Ajustado para mensurar a rentabilidade e saúde financeira recorrente dos negócios da Companhia, pois entende que se trata de uma medida não contábil que exclui impactos não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia.

Dívida bruta e Caixa líquido

A Dívida bruta e o Caixa líquido são medições não contábeis elaboradas pela Companhia, conciliadas com suas demonstrações financeiras. A Dívida bruta visa demonstrar a somatória dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante) e o Caixa líquido a somatória dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida bruta e o Caixa líquido não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam endividamento nas datas indicadas e não são indicadores da condição financeira, liquidez ou capacidade de liquidar a dívida da Companhia. Também não são calculadas usando uma metodologia padrão e podem não ser comparáveis às definições de Dívida bruta, Caixa líquido ou medidas de título similar usadas por outras empresas.

Seguem abaixo os valores da Dívida bruta e do Caixa líquido em 31 de dezembro de 2024, 20223 e 2022:

| Em milhares de Reais | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|----------------------|------------|------------|------------|
| Dívida bruta | 8.461 | 22.222 | 41.757 |
| Caixa líquido | (162.207) | (135.765) | (117.138) |

2.5 Medições não contábeis

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Seguem abaixo as reconciliações do lucro líquido para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para o período dos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

| (Em milhares de Reais, exceto percentuais) | Exercício Social encerrado em | | |
|--|-------------------------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Lucro líquido do exercício / período | 62.996 | 69.717 | 85.452 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos | 26.624 | 33.058 | 44.996 |
| Resultado Financeiro | (247) | (660) | 2.793 |
| Depreciação e Amortização | 15.520 | 13.373 | 10.811 |
| EBITDA | 101.893 | 115.488 | 144.052 |
| Despesas com M&A (a) | - | 376 | 2.735 |
| Desligamento de acionista diretor (b) | 520 | 2.640 | - |
| Custos de oferta (c) | - | - | 4.499 |
| EBITDA Ajustado | 102.413 | 118.504 | 151.286 |
| Receita líquida de vendas e serviços prestados | 581.866 | 658.339 | 755.973 |
| Margem EBITDA | 17,51% | 17,59% | 19,06% |
| Margem EBITDA Ajustado | 17.60% | 18,00% | 20,01% |

- a) Referem-se às despesas com esforços para aquisição de empresas, ajustado para fins de apuração do Ebitda.
- b) Despesa referente ao pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia, ocorrido no período.
- c) Referem-se aos custos com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização, ajustado para fins de apuração do Ebitda.

Lucro Líquido Ajustado

Seguem abaixo as reconciliações do Lucro Líquido Ajustado da Companhia 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

2.5 Medições não contábeis

| | Exercício social encerrado em | | |
|---------------------------------------|-------------------------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Lucro líquido | 62.996 | 69.717 | 85.452 |
| Despesas com M&A (a) | - | 376 | 2.735 |
| Desligamento de acionista diretor (b) | 520 | 2.640 | - |
| Custos de oferta (c) | - | - | 4.499 |
| Lucro Líquido ajustado | 63.016 | 72.733 | 92.686 |
| Lucro Líquido ajustado (%) | 10,83% | 11,05% | 12,26% |

- a) Referem-se às despesas com esforços para aquisição de empresas, ajustado para fins de apuração do Ebitda.
- b) Despesa referente ao pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia, ocorrido no período.
- c) Referem-se aos custos com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização, ajustado para fins de apuração do Ebitda.

Dívida bruta e Caixa líquido

Seguem abaixo as reconciliações da Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

| Em milhares de Reais | Em 31/12/2024 | Em 31/12/2023 | Em 31/12/2022 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Empréstimos e financiamentos | | | |
| Circulante | 1.600 | 3.332 | 4.888 |
| Não circulante | 3.306 | 568 | 3.825 |
| Debêntures | | | |
| Circulante | 3.555 | 14.584 | 14.565 |
| Não circulante | - | 3.738 | 18.479 |
| Dívida Bruta | 8.461 | 22.222 | 41.757 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (170.668) | (157.987) | (158.895) |
| Caixa Líquido | (162.207) | (135.765) | (117.138) |

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Na Companhia, o EBITDA é utilizado como ferramenta para medição de desempenho e parâmetro de comparação com outras empresas, pois tem a vantagem de não ser afetado por variáveis específicas de determinados países ou regiões, como taxas de juros, regras de depreciação e diferenças tributárias. Desta forma, a utilização deste indicador permite que a Companhia analise mais do que apenas seu resultado final (lucro ou prejuízo). Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja

2.5 Medições não contábeis

adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são medidas de desempenho adicionais para a compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras Companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

No entanto, o EBITDA apresenta certas limitações, como não considerar o montante de reinvestimento necessário para a manutenção da capacidade produtiva (consumido pela depreciação), podendo transmitir uma falsa ilustração da liquidez da Companhia, assim requerendo que tal indicador seja utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que possa ser melhor interpretado.

Dívida Líquida e Dívida Bruta

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Bruta e da Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Adicionalmente, nas escrituras de debênture de emissão da Companhia e nos contratos financeiros, a Companhia está sujeita à observância de determinados índices financeiros (covenants financeiros) que utilizam a Dívida Líquida como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos de dívida. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia e outros instrumentos de dívida, bem como os índices financeiros (covenants financeiros) a que a Companhia está sujeita.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Em conformidade com os termos dos acordos de aquisição firmados pela Companhia com os BMSIX em 2021, foi realizado pagamento de contraprestação contingente, o qual estava condicionado ao cumprimento de metas financeiras específicas por parte da empresa adquirida. Tal pagamento foi estruturado de maneira a refletir o valor adicional gerado pelas operações da empresa adquirida após a conclusão da aquisição.

Em 08 de janeiro de 2025, foi realizado o pagamento referente à contraprestação contingente, no valor de R\$ 13.500, determinado com base nas metas financeiras alcançadas no período de dezembro de 2021 a novembro de 2024, seguindo o cronograma planejado.

Esse pagamento reflete o sucesso contínuo das operações das empresas adquiridas e o alinhamento estratégico com os objetivos de crescimento da Companhia adquirente. O registro desses valores como ajustes ao preço de compra reforça o compromisso da Companhia com a transparência e a precisão na representação de seu valor patrimonial.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") Nesses termos, do lucro líquido apurado ao fim do exercício social de 2023, o Estatuto Social estabelecia que serão, primeiramente, deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda; 5% (cinco por cento) serão, então, aplicados na constituição da reserva legal; 25% (vinte e cinco por cento), pelo menos, para pagamento de dividendos. Havendo saldo dos resultados, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta da administração, na forma da Lei das S.A., deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social vigente no exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2024, a distribuição de dividendos, após a provisão para pagamento de eventuais prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda, será pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. Considera-se lucro líquido aquele definido no art. 191 da Lei das S.A., diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do art. 202 da Lei das S.A. e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

A Diretoria, ouvido o Conselho de Administração, poderá "ad referendum" da Assembleia Geral, que deliberará imediatamente, antecipar a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Os dividendos obrigatórios não serão pagos no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Finalmente, reverterão em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados pelos acionistas dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à sua disposição.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Em 31 de dezembro de 2024, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Após levantamento do balanço patrimonial e das demonstrações da Companhia convocar-se-á, Assembleia Geral Ordinária para discutir e deliberar

2.7 Destinação de resultados

sobre ditas demonstrações e para deliberar sobre a destinação do resultado e distribuição dos dividendos.

Sem prejuízo, a Companhia poderá ainda, por deliberação do Conselho de Administração, mandar levantar balanço trimestral e/ou semestral e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços.

O Conselho de Administração poderá também declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, devendo, neste caso, tais dividendos, se distribuídos, serem descontados do valor devido a título de dividendos mínimos obrigatórios.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Conforme a alínea “j”, item 7.1.1, cláusula VII .do Instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da BRQ Soluções em Informática S.A, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 até o vencimento final das Debêntures, a distribuição de dividendos está limitada a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado pela Companhia.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com o Estatuto Social vigente nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a política de destinação da Companhia é aquela prevista no Estatuto e aprovada na Assembleia Geral Ordinária onde a administração da Companhia solicita a aprovação da destinação dos resultados.

Para o ano de 2022, a Assembleia Geral Ordinária aprovou em 19 de abril de 2023 a destinação dos resultados da Companhia.

Para o ano de 2023, a Assembleia Geral Ordinária aprovou em 19 de abril de 2024 a destinação dos resultados da Companhia.

Para o ano de 2024, a Assembleia Geral Ordinária está prevista para ocorrer em 17 de abril de 2025 onde haverá deliberação da destinação dos resultados da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

As referidas assembleias podem ser consultadas no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.brq.com/investidores/>), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil Bolsa Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não detém arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não detém carteiras de recebíveis baixados, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não detém contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia não detém contratos de construção não terminada, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não detém contratos de recebimentos futuros de financiamento, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens detidos pela Companhia que não sejam evidenciados nas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

O item não é aplicável a Companhia, devido à inexistência de itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

As projeções realizadas para os negócios até 2024, a Companhia fará investimentos em projetos de aquisição de empresas, investimentos em ativos tangíveis e intangíveis de tecnologia da informação e investimentos minoritários em start-ups. Para tanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi alocado o montante de R\$132 milhões para a reserva de retenção de lucros.

A Companhia pretende continuar crescendo nos próximos anos organicamente e através de aquisições de outras empresas. Para fazer frente ao crescimento esperado, a Companhia continuará investindo principalmente em sistemas de controle e gestão e na prospecção de empresas a serem adquiridas. Não podemos prever, quais serão os valores nem as condições de pagamento das futuras aquisições, nem qual será o impacto de tais aquisições em suas demonstrações financeiras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para investir nas estratégias mencionadas acima, pode utilizar diversas fontes de financiamento incluindo (i) a geração própria de recursos em decorrência do desenvolvimento das atividades operacionais; (ii) a obtenção de recursos de terceiros, incluindo empréstimos e financiamentos e/ou emissão de debêntures; e (iii) a obtenção de recursos próprios por meio da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas ou de ofertas públicas de ações; e (iv) alienação das ações em tesouraria de emissão da Companhia. No caso da estratégia de crescimento por aquisições, poderemos recorrer também a financiamento dos sócios vendedores das empresas adquiridas (“seller financing”). Parte dos investimentos previstos para 2024 será financiada com capital de terceiros proveniente das debêntures emitidas em 2024. O saldo é composto da seguinte maneira:

| | Taxa efetiva | Controladora e consolidado | |
|------------------------|--------------|----------------------------|---------------|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Bradesco | 6,4% a.a. | 3.750 | 18.751 |
| (-) Custo de transação | | (195) | (429) |
| | | 3.555 | 18.322 |
| Passivo circulante | | 3.555 | 14.584 |
| Passivo não circulante | | - | 3.738 |

2.10 Planos de negócios

Tais recursos podem ser complementados por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar projetos relacionados à inovação tecnológica. Adicionalmente, a Companhia espera que, num futuro próximo, terá condições de obter novos recursos através da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas, seja através de ofertas públicas de ações.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não possui nenhum processo de aquisição de ativos em andamento. Estas podem ocorrer no curso normal dos negócios e para fazer frente ao crescimento esperado. Eventuais patentes poderão fazer parte de futuras aquisições da Companhia, mas não é possível seja previsto quais, quantas e qual valor serão adquiridas.

c. Novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas em andamento divulgadas.

ii montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, o investimento com o desenvolvimento de novo software, no valor de R\$ 7.303, R\$ 6.021 e R\$2.065, respectivamente, concentrou-se em uma solução interna para controle dos projetos da Companhia. Todos os custos com pesquisa e desenvolvimento não elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesas administrativas no resultado.

2.10 Planos de negócios

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia segue critérios que visam o desenvolvimento dos negócios através de ações ambientais, sociais e de governança.

A Companhia ciente da importância de sua contribuição para o desenvolvimento econômico dos locais onde atua e com o aumento da qualidade de vida de toda a sociedade, busca em todas as suas ações respeitar os direitos humanos e o meio ambiente.

Como empresa de tecnologia e Transformação Digital socialmente responsável, trabalhamos para criar soluções digitais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade e o bem-estar individual das pessoas, principal acelerador para transformação do mundo. Reconhecemos que essa abordagem é fundamental para ser um agente de transformação no mundo atual.

A Companhia, ciente da importância de sua contribuição para o desenvolvimento econômico dos locais onde atua e com o aumento da qualidade de vida de toda a sociedade, busca em todas as suas ações respeitar os direitos humanos e o meio ambiente. Temos um interesse genuíno na sustentação da ética e da moral em todas as nossas relações, e na construção de uma empresa de tecnologia humana, com atitudes conscientes e ações estratégicas voltadas para sustentabilidade.

Dessa forma, adotamos uma agenda estratégica de ESG baseada em nosso propósito e nossos valores. Para registrar os avanços dessa jornada, em busca de alinhar a nossa estratégia aos princípios universais da ONU e a contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com a Agenda 2030, lançamos nosso Book de ESG, disponível no nosso site brq.com. Assim, todos nossos stakeholders podem ter acesso e conhecer nossas ações proprietárias e incentivadas.

A **BRQ** investe na formação de talentos para o mercado de tecnologia há muitos anos. Mais do que capacitação em tech, a proposta é dar autonomia e empoderar os estudantes para transformarem suas vidas, suas famílias e a própria comunidade. Estudantes de baixa renda do ensino médio receberam bolsa de estudo, assistência médica, vale-refeição, ajuda de custo com internet e computador para se tornar um desenvolvedor Front-End e começar a projetar interfaces para páginas web como um programador.

Buscamos no futuro soluções para o presente e, para 2024, continuaremos valorizando o nosso time e investindo em iniciativas ESG e Inovação para desenvolver soluções que agregam ainda mais valor para o cliente em todos os desafios da Transformação Digital.

2.10 Planos de negócios

Acesse os documentos relacionados a nossas práticas de preservação do meio ambiente, responsabilidade com a sociedade e transparência empresarial através do Relatório com nosso Book de Sustentabilidade disponível em nosso site <https://digital.brq.com/esg>.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Demonstramos constante compromisso com a excelência, inovação e eficiência operacional. A Companhia atingiu R\$ 582 milhões em receita líquida, 11,6% inferior à reportada no mesmo período do ano anterior, principalmente devido a retração em serviços tradicionais nos clientes da base, enquanto o lucro bruto chegou aos R\$211 milhões. O EBITDA ajustado, por sua vez, atingiu R\$102 milhões com uma margem EBITDA ajustada de 17,6% (-0,4 pp comparado ao mesmo período de 2023).

A redução registrada no comparativo entre 2024 e 2023 reflete um movimento diretamente influenciado pelo contexto de retração do mercado. Reforçamos que essa variação não altera os sólidos fundamentos que sustentam nosso negócio. Nossa saúde financeira permanece robusta, apoiada em um compromisso permanente com inovação, excelência e eficiência operacional.

Encerramos o período com um desempenho financeiro e operacional consistente, demonstrando a capacidade de adaptação e resiliência de nossas operações diante de desafios externos. Durante a análise dos resultados, identificamos importantes oportunidades de aprimoramento e estamos já executando ações estratégicas para impulsionar a performance futura.

Nosso foco contínuo em inovação, controle eficiente de custos e resposta rápida às mudanças do mercado segue como um diferencial competitivo, garantindo a sustentabilidade e o crescimento de longo prazo.



Anexo II: FRE - Seção 07 - Assembleia Geral e Administração

Índice

| | |
|---|----|
| 7. Assembleia geral e administração | |
| 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal | 1 |
| 7.4 Composição dos comitês | 11 |
| 7.5 Relações familiares | 14 |
| 7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle | 15 |

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome ANTONIO EDUARDO PIMENTEL RODRIGUES **CPF:** 994.033.157-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 16/10/1967

Experiência Profissional: Formado em Ciências da Computação pela Universidade Federal Fluminense e realizou o Programa de Gestão para Presidentes (Owner/President Management Program – OPM) pela Harvard Business School. Desde 1997 exerce a função de Vice-Presidente da BRQ, além de ser Presidente do Conselho de Administração deste o ano de 2020. Atualmente é responsável pela gestão das seguintes áreas de negócio da empresa: BRQ LABs – Programa de Inovação da BRQ, Serviços de Cloud, Serviços SAAS de SWs proprietários da BRQ e parcerias externas. Das empresas em que o Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|--|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Diretoria | 19/04/2023 | 11/05/2026 | Diretor de Relações com Investidores | | 01/05/2023 | Sim | 03/05/2021 |
| Conselho de Administração | 17/04/2025 | 2 anos | Vice Presidente Cons. de Administração | | 01/05/2025 | Sim | 29/04/2021 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome BENJAMIN RIBEIRO QUADROS **CPF:** 916.346.607-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 02/12/1967

Experiência Profissional: Formado pela Havard Bussines School – OPM – Owner President Management Program (2008 à 2010) e em Ciências da Computação - pela Universidade Federal Fluminense (1984 à 1986), iniciou sua carreira como analista de sistemas e trabalhou em empresas como Exxon e IBM. Aos 24 anos fundou a BRQ e hoje, aos 53 anos, é presidente da Companhia e investidor em várias empresas iniciantes. Exerce a função de Vice-Presidente da BRASSCOM e é Conselheiro da Angels of Brazil da Harvard Business School,, além de ser Vice-Presidente do Conselho de Administração. É responsável por supervisionar a performance dos negócios da Companhia. Das empresas em que o Sr. Benjamin Ribeiro Quadros atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|--|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 17/04/2025 | 2 anos | Presidente do Conselho de Administração | | 01/05/2025 | Sim | 06/06/2008 |
| Diretoria | 15/12/2023 | 11/05/2026 | Diretor Vice Presidente/ Superintendente | | 15/12/2023 | Sim | 23/06/2014 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome DANIEL LUIZ GLEIZER **CPF:** 628.724.277-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 23/02/1960

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1984, obteve o seu MA em economia pela University of Illinois – Urbana Champaign - em 1985 e seu PhD em Economia pela University of California – Berkeley, em 1990. Obteve o certificado do curso de Risk Management in Banking no Insead, 2002 e do curso de Investment Decisions and Behavioral Finance, Harvard University, 2016. Com 30 anos de experiência profissional, dirigiu diversas instituições financeiras, públicas e privadas, no Brasil e no exterior. Iniciou sua carreira como Economista no Fundo Monetário Internacional em 1991, onde permaneceu por 5 anos. Posteriormente foi convidado a atuar como economista no Banco de Investimento Garantia, onde tornou-se Economista Chefe. Posteriormente, no Banco Credit Suisse Garantia foi promovido a Managing Director responsável pela a área de pesquisa macroeconômicas para a America Latina (exceto México), antes de ser convidado para a compor a diretoria colegiada do Banco Central do Brasil. No Banco Central foi Diretor da Área Internacional, de 1999 a 2002. Foi Diretor de Global Markets no Deutsche Bank, Vice Presidente do Unibanco e, posteriormente do Banco Itaú-Unibanco, onde liderou as áreas de Gestão de Risco e, posteriormente, as Tesourarias destas instituições. Foi Chief Investment Officer da BW Gestão de Investimentos Ltda. onde definia e implementava estratégias de investimentos nos diversos segmentos dos mercados financeiro nacional e internacional, além de participar de seus comitês de Investimentos, de Riscos e de Compliance. Foi também Diretor da ANDIMA (2007-2008), Membro do Foreign Exchange Committee do Federal Reserve Bank of New York (2012-2015) e membro do Conselho de Administração da BMFBOVESPA (2014-2015). Foi Visiting Scholar na Columbia University nos anos 2019 e 2020. É membro fundador do CDPP (Centro de Debate de Políticas Públicas) e membro do Advisory Committe do Bretton Woods Committee. Em 2021 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração. Das empresas em que o Sr. Daniel Luiz Gleizer atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Daniel Luiz Gleizer declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Daniel Luiz Gleizer declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Daniel Luiz Gleizer declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|---|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 17/04/2025 | 2 anos | Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | | 01/05/2025 | Sim | 03/05/2021 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome JOSE ANTONIO AFONSO PIREs **CPF:** 164.971.388-62 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 10/09/1974

Experiência Profissional: Formado na Executive Program Leading Professional Service Firms (#LPSF) da Harvard Business School #HBS , o Programa Internacional de Negócios da School of Business Administration da University of Miami e o Innovation Program da University of California. Atuo na operação de projetos de tecnologia, transformação digital e relacionamento comercial para os maiores bancos, seguradoras e corretoras do setor financeiro, liderando uma equipe de aproximadamente 1000 profissionais altamente capacitados atuando em todo o Brasil. Esses times estão organizados em squads com gestão lean baseada em indicadores de eficiência e eficácia, garantindo o resultado dos negócios de seus clientes. Com grande experiência no mercado de tecnologia e transformação digital todos esses anos, desenvolvi expertise no desenvolvimento de soluções digitais para os segmentos Financeiro e de Seguros, baseados em tecnologias e ferramentas de inovação como Inteligência Artificial, Big Data, Design Thinking e Gerenciamento Lean e Ágil. Construí e consolidei minha carreira na BRQ, onde entrei em 1994 como estagiário e permaneço até hoje. Das empresas em que o Sr. José Antonio Afonso Pires atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. José Antonio Afonso Pires declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. José Antonio Afonso Pires declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. José Antonio Afonso Pires declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|------------------------|-----------------|------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Diretoria | 11/05/2023 | 11/05/2026 | Outros Diretores | Diretor Estatutário | 12/05/2023 | Sim | 29/04/2021 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome LUIZ ALVES PAES DE BARROS **CPF:** 272.014.578-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 22/09/1947

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade de São Paulo USP (Turma 1971) É sócio fundador e CIO da Alaska Investimentos, participo da empresa do terceiro setor Associação Barreiros em Ilhabela, além de membro de diversos Conselhos de Administração em companhias de capital aberto (Alfa Holding S.A., Consórcio Alfa de Administração S.A, Financeira Alfa S.A. e do Banco Alfa de Investimentos S.A., General Waters SA e da Alisnce Sonae Shopping Center). Mais de 50 anos de experiência no mercado financeiro e um dos maiores e mais renomados investidores no mercado de renda variável brasileiro. Em 2021 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração. Das empresas em que o Sr. Luiz Alves Paes de Barros atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|---|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 17/04/2025 | 2 anos | Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | | 01/05/2025 | Sim | 03/05/2021 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome MONICA ANDREA JAMBEIRO PEDREIRA **CPF:** 960.255.815-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** CFO **Data de Nascimento:** 13/02/1979

Experiência Profissional: Brasileira, casada, formada em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia e em Ciências Contábeis pela FABAC, possui MBA em Controladoria – UNIFACS. Ingressou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. em 2015 ocupando o cargo de Controller da Companhia, atualmente ocupa o cargo de CFO e em Maio/2021 foi eleita Diretora. Profissional com mais de 19 anos de experiência em Companhias registradas na CVM, nos segmentos de concessões de energia elétrica e rodovias, infraestrutura e tecnologia da informação, atuando em cargo gerencial, nas áreas de controladoria, contabilidade/fiscal e controles internos. Ampla experiência em Reports para usuários internos e externos: Relatórios de desempenho, Demonstrações Financeiras (BR-GAAP e IFRS) e Reports para o Conselho de Administração/Acionistas. Responsável pela implantação do SAP em concessionárias de energia elétrica e de rodovias. Experiência de quatro anos na área contábil/financeira em Big Four, atuando como auditor e consultor em empresas nos segmentos de energia elétrica, engenharia e construção, químico e petroquímico e investimentos e infraestrutura. Das empresas em que a Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|------------------------|-----------------|------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Diretoria | 15/12/2023 | 11/05/2026 | Outros Diretores | Diretora Financeira Estatutária | 15/12/2023 | Sim | 03/05/2021 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome MÔNICA DE ARAUJO PEREIRA **CPF:** 013.924.297-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 25/04/1968

Experiência Profissional: Formada em Informática pela Universidade Federal Fluminense, com MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC e realizou o Programa de Gestão para Key Executives pela Harvard Business School e Columbia Senior Executive Program pela Columbia University. Em 1993 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. Atualmente exerce o cargo de diretora estatutária responsável pela área financeira e legal. Das empresas em que a Sra. Mônica de Araujo Pereira atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Mônica de Araujo Pereira declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Mônica de Araujo Pereira declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Mônica de Araujo Pereira declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|-------------------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Diretoria | 11/05/2023 | 11/05/2026 | Outros Diretores | Diretora Estatutária | 12/05/2023 | Sim | 03/05/2021 |
| Conselho de Administração | 17/04/2025 | 2 anos | Conselho de Administração (Efetivo) | | 01/05/2025 | Sim | 01/05/2025 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome NÍSIA VERÔNICA TRINDADE LIMA **CPF:** 425.005.407-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Doutora em Sociologia **Data de Nascimento:** 17/01/1958

Experiência Profissional: Brasileira, Doutora em Sociologia (1997), mestre em Ciência Política (1989), pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ - atual IESP), e graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1980). Ministra de Estado da Saúde - em 22 de dezembro de 2022, foi anunciada, pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, para ocupar o cargo de ministra da Saúde, a partir de 1 de janeiro de 2023. Será também, desta forma, a primeira mulher a ocupar o cargo na história do Ministério. Presidente da Fiocruz desde 2017 - Primeira mulher a comandar a Fundação Oswaldo Cruz em 120 anos de história da instituição, assumiu a direção da instituição em 4 de janeiro de 2017, tendo sido a mais votada na eleição interna. Durante seu mandato, esteve comprometida com a expansão do papel da Fiocruz na comunidade global de saúde. Diretora da Casa de Oswaldo Cruz - unidade da Fiocruz voltada para pesquisa e memória em ciências sociais, história e saúde, entre 1998 e 2005. Participou da elaboração do Museu da Vida, museu de ciência da Fiocruz. Atuou na implementação da Rede SciELO Livros. Foi vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz. Foi presidente do Conselho de Administração do Instituto de Biologia Molecular do Paraná (2017-2022), empresa privada sem fins lucrativos voltada a produção de soluções biotecnológicas para a melhoria das condições de saúde e bem-estar social. Em setembro de 2021 tornou-se membro independente do Conselho da Coalizão de Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI) e membro-fundadora do Conselho Global sobre desigualdades, HIV e pandemias / UnAids (2023). É autora de dezenas de artigos, livros e capítulos com reflexões sobre os dilemas da sociedade nacional, sobretudo as cisões entre os "Brasis urbano e rural, moderno e atrasado". Toda a atuação de Nísia Trindade Lima como gestora e intelectual está baseada na promoção do valor social da ciência no Brasil e na realização de ações que aproximem a ciência da sociedade. Em 11/2023 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração. Das empresas em que a Sra. Nísia Trindade Lima atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Nísia Trindade Lima declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Nísia Trindade Lima declara que é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|---------------------------|-----------------|------------------|---|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Conselho de Administração | 17/04/2025 | 2 anos | Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | | 01/05/2025 | Sim | 16/11/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome RODRIGO BENIN RIBEIRO **CPF:** 214.993.418-30 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro de Computação **Data de Nascimento:** 07/03/1980

Experiência Profissional: Engenheiro de computação pelo Centro Universitário de Brasília, especializado em Gestão & Liderança pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT). Em 25 anos de carreira em tecnologia, Rodrigo fundou sua própria empresa de desenvolvimento de software Allmatech, a qual geriu como CEO por 8 anos antes de sua incorporação. Trabalhou para grandes corporações como Banco do Brasil (6 anos), Microsoft (7 anos) e Amazon Web Services (5 anos). Especializou-se em cultura de inovação, processos de desenvolvimento ágil, gestão de produtos digitais e liderança de times de alta performance. Possui larga experiência nas indústrias de serviços financeiros e varejo, dedicando-se a gestão de vendas e relacionamento com clientes estratégicos, liderando times multidisciplinares de venda, arquitetura de soluções e desenvolvimento de software. Rodrigo é palestrante profissional, com treinamento extensivo em relações públicas, possuindo experiência em coordenação e estratégia de conteúdo para grandes eventos como Microsoft FebranTech, AWS FebranTech, Amazon Conecta, AWS Simpósio para Varejo, AWS Simpósio para Serviços Financeiros, AWS Summit, entre outros. Atualmente exerce a função de Diretor na Companhia. Das empresas em que o Sr. Rodrigo Benin Ribeiro atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Rodrigo Benin Ribeiro declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Rodrigo Benin Ribeiro declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|------------------------|-----------------|------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Diretoria | 20/02/2025 | 11/05/2026 | Outros Diretores | Diretor Estatutário | 20/02/2025 | Sim | 20/02/2025 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome RODRIGO FRIZZI SOUSA **CPF:** 266.581.018-25 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 30/09/1977

Experiência Profissional: Formado em Ciências da Computação pela Faculdades Associadas de São Paulo e MBA InformationTechnology pela FIA. Mais de vinte anos de experiência em desenvolvimento de canais digitais e liderança de equipes de alta performance nos mercados Financeiro, de Telecomunicações e de Seguros, apoiando empresas e startups em suas estratégias e jornadas de transformação digital, criando uma experiência encantadora para os clientes finais e um impacto real nos negócios, com foco na diferenciação, na excelência e na lucratividade. Entusiasta e praticante da filosofia Lean, um sistema de gestão que parte do princípio de que toda iniciativa deve ter como foco o cliente final. Por isso, sempre me dediquei ao desenvolvimento e à gestão estratégica das pessoas que trabalham no meu time. Atua na BRQ desde 2001, e foi eleito como Diretor Estatutário em maio de 2021, responsável por posicionar a BRQ como parceira estratégica das maiores empresas do país nos desafios da Transformação Digital. Das empresas em que o Sr. Rodrigo Frizzi Sousa atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

| Órgão da Administração | Data da Eleição | Prazo do mandato | Cargo eletivo ocupado | Descrição de outro cargo/função | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|------------------------|-----------------|------------------|--------------------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Diretoria | 01/02/2024 | 11/05/2026 | Diretor Presidente / Superintendente | | 01/02/2024 | Sim | 03/05/2021 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

7.4 Composição dos comitês

Nome: JAMILLE SOUZA E SANTOS **CPF:** 025.526.095-46 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Coordenadora Jurídica **Data de Nascimento:** 22/10/1987

Experiência Profissional:

Gerente Executivo de Projetos com vasta experiência em projetos de desenvolvimento de software. Possui grande experiência no gerenciamento de projetos de grande porte nas verticais: finanças, governo e telecomunicações e serviços em geral. Habilidade de estruturar áreas de Pre-Sale, Delivery, Quality Assurance, Project Support Office (PSO) e Project Management Office (PMO). Conhecimento de métodos ágeis como Agile Scrum e Support Kanban. Conhecimento amplo e profundo das técnicas e metodologias de gestão de projetos baseadas nos modelos PMBook (PMI) e UP (Unified Process) bem como nos processos RUP (Rational Unified Process) incluindo a atuação como PMO (Project Management Office). Já participei de diversos projetos utilizando metodologias cascata (waterfall), iterativa (RUP) e ágil (Scrum). Ampla conhecimento dos modelos maturidade de processo como MPS.BR e CMMI bem como de técnicas de estimativas de esforço como Use Case Point (UCP) e Function Point Analysis (FPA). Experiência em coaching e mentoring de colaboradores nas áreas de gestão de projetos. Dentre as minhas características pessoais posso destacar que sou uma pessoa com alto nível de liderança, extremamente focada em resultados, pró-ativa, criativa, comunicativa e com espírito de cooperação. Meu desenvolvimento profissional foi construído em capacidades para análise crítica, o planejamento, a valorização das decisões estruturadas, resolução de conflitos e negociação. Tenho a habilidade de tomar decisões de maneira pragmática e objetiva, através de uma abordagem lógica e justa, mesmo em situações de baixo nível de certeza e/ou previsibilidade. Capacidade de visão holística. Tenho experiência em planejamento estratégico e medição de desempenho como BSC (Balanced Scorecard), EVM (Earned Value Management) e OKR (Objective Key Results). Das empresas em que a Sra. Jamilye Souza e Santos atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

A Sra. Jamilye Souza e Santos declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

A Sra. Jamilye declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Jamilye Souza e Santos declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

| Tipo comitê | Tipo auditoria | Cargo ocupado | Data posse | Prazo mandato | Descrição de outros comitês | Descrição de outro cargo/função | Data da eleição | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|-----------------|----------------|----------------------------|------------|---------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Comitê de Risco | | Membro do Comitê (Efetivo) | 13/05/2024 | 1 ano | | | 13/05/2024 | Sim | 11/05/2023 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome: PRISCILA RUSCH DALTRO CAMBRA **CPF:** 797.251.555-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogada e Contadora **Data de Nascimento:** 21/04/1980

Experiência Profissional:

Pós Graduada em Gestão Tributária pela Universidade Federal da Bahia , Salvador - BA (2008 / 2009), Certified Financial Planner - CFP - Rice University, Houston, TX- USA - 2006, Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador-2017 (OAB-56.912), Ciências Contábeis - Faculdade Jorge Amado, Salvador/BA- 2005 (CRC-BA 027021/0-8) e Administração de Empresas - UNIFACS, Salvador/BA- 2002. Possui experiência na revisão, aprovação e acompanhamento de Balanço Patrimonial, planejamento estratégico, gestão prudente dos investimentos e da exposição ao risco; monitoramento dos trabalhos de auditoria, discussão sobre assuntos contábeis relevantes e acompanhamento dos pontos levantados na carta de recomendação. Atuando na BRQ Soluções em Informática Como Gerente Executivo desde 2022. Das empresas em que a Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

| Tipo comitê | Tipo auditoria | Cargo ocupado | Data posse | Prazo mandato | Descrição de outros comitês | Descrição de outro cargo/função | Data da eleição | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|-----------------|----------------|----------------------------|------------|---------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Comitê de Risco | | Membro do Comitê (Efetivo) | 13/05/2024 | 1 ano | | | 13/05/2024 | Sim | 09/03/2022 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

Nome: ROBERTO STROHSCHOEN DE LACERDA **CPF:** 596.297.467-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 29/08/1958

Experiência Profissional:

Brasileiro, casado, graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis com MBA em Controladoria pela USP. Em 2017 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração. Possui mais de 35 anos de experiência em auditoria externa e consultoria empresarial, neste período foi sócio de consultoria empresarial da Arthur Andersen (15 anos no escritório do Rio de Janeiro e 8 anos em São Paulo), Terco Grant Thornton (3 anos), e Ernst & Young Terco (3 anos), onde atuou como responsável pela divisão de consultoria com foco no segmento de empresas de rápido crescimento e Middle Market. Nos últimos anos tem atuado como consultor independente para empresas familiares, também com participação em conselhos de administração, familiares, e de sócios. É especialista em custos, tendo desenvolvido e implantado mais de 300 projetos, sendo mais de 100, de custos por Atividade (ABC). Co-autor de três livros sobre ABC e ABM, os quais foram publicados no Brasil, EUA, Espanha e Japão e mentor/palestrante da Endeavor sobre temas de gestão e organização, custos, e preparação para o crescimento. Das empresas em que o Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

| Tipo comitê | Tipo auditoria | Cargo ocupado | Data posse | Prazo mandato | Descrição de outros comitês | Descrição de outro cargo/função | Data da eleição | Foi eleito pelo controlador | Data de início do primeiro mandato |
|-----------------|----------------|---------------|------------|---------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Comitê de Risco | | Outros | 13/05/2024 | 1 ano | | Coordenador | 13/05/2024 | Sim | 14/05/2018 |

Condenações:

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--------------------|-------------------------|
| N/A | |

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) os administradores da Companhia; (b) os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) os controladores diretos ou indiretos da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas; ou (d) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores da Companhia.



Anexo III: FRE - Seção 08 - Remuneração dos Administradores

Índice

| | |
|--|----|
| 8. Remuneração dos administradores | |
| 8.1 Política ou prática de remuneração | 1 |
| 8.2 Remuneração total por órgão | 6 |
| 8.3 Remuneração variável | 10 |
| 8.4 Plano de remuneração baseado em ações | 12 |
| 8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) | 17 |
| 8.6 Outorga de opções de compra de ações | 18 |
| 8.7 Opções em aberto | 19 |
| 8.8 Opções exercidas e ações entregues | 20 |
| 8.9 Diluição potencial por outorga de ações | 21 |
| 8.10 Outorga de ações | 22 |
| 8.11 Ações entregues | 23 |
| 8.12 Precificação das ações/opções | 24 |
| 8.13 Participações detidas por órgão | 26 |
| 8.14 Planos de previdência | 27 |
| 8.15 Remuneração mínima, média e máxima | 28 |
| 8.16 Mecanismos de remuneração/indenização | 29 |
| 8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração | 30 |
| 8.18 Remuneração - Outras funções | 31 |
| 8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada | 32 |
| 8.20 Outras informações relevantes | 33 |

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração da Companhia tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos para definição da remuneração e dos benefícios concedidos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, aos Diretores Estatutários ou não Estatutários, e membros dos Comitês instituídos pela Companhia, definidos aqui em conjunto por “Executivos”. A Política possui como principais objetivos:

- ✓ Atrair, recompensar, reter e incentivar os Executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados;
- ✓ Alinhar os interesses dos Executivos com os interesses da Companhia e seus acionistas;
- ✓ Proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e
- ✓ Assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 13.05.2021.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A proposta de remuneração da Diretores estatutários e não Estatutários deve ser encaminhada através de seu Diretor Presidente, para aprovação do Conselho de Administração e deverá ser formulada de forma que:

- ✓ Esteja vinculada a resultados, com metas de curto e longo prazo relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a organização;

8.1 Política ou prática de remuneração

- ✓ Evite a criação de desafios inatingíveis ou inconsistentes, que induzam a diretoria a expor a organização a riscos extremos ou desnecessários;
- ✓ Seja justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo e devidamente contabilizada;
- ✓ Não estimule ações que induzam os diretores executivos a adotar medidas de curto prazo sem sustentação ou que prejudiquem a organização no longo prazo;
- ✓ Tenha uma estrutura de incentivos que deve incluir um sistema de freios e contrapesos, que indique os limites de atuação dos envolvidos e evite que uma mesma pessoa controle o processo decisório e a sua respectiva fiscalização; e
- ✓ Evite o caráter imediatista das metas relacionadas à remuneração variável.

A definição da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Os critérios são fixados de acordo com o padrão de mercado das empresas de atuação no seu segmento e através da realização de pesquisas de mercado, coordenada pela área de recursos humanos, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia. Os valores de remuneração pagos aos seus diretores e conselheiros são reajustados por acordos coletivos e convenções coletivas de trabalho.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Diretoria:

Os Diretores Estatutários e não Estatutários da Companhia recebem uma remuneração fixa mensal, na forma de um salário ou pró-labore, conforme o cargo, definidos de acordo com as responsabilidades individuais de cada um, com o objetivo de reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos seus membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do seu negócio. Além disso, a remuneração fixa é orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais.

Os diretores não estatutários da Companhia poderão receber, ainda, remuneração variável, seja a título de (i) Participação nos Lucros e Resultados (“PLR”) da Companhia, nos limites estabelecidos anualmente no acordo de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores, e, desde que sejam atingidas

8.1 Política ou prática de remuneração

as metas estabelecidas no acordo de PLR; e/ou (ii) bonificações vinculadas ao atingimento de metas individuais e corporativas, com objetivo de premiar o alcance das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do seu negócio em cada exercício social. Os valores e as metas do acordo de PLR serão negociados nos acordos de PLR e serão determinados com base na meritocracia.

Os Diretores Estatutários e não Estatutários da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios, além dos benefícios previstos nas normas coletivas aplicáveis: (a) plano de saúde; (b) plano odontológico; (c) vale alimentação; (d) vale refeição; (e) seguro de vida; (f) previdência privada; e outros a serem aprovados pelo Conselho de Administração e/ou que venham a ser estabelecidos nas normas coletivas aplicáveis aos empregados da Companhia para os diretores empregados.

Três dos Diretores Estatutários da Companhia foram beneficiários do Primeiro Plano de Remuneração em Ações ("1º Plano"), tendo recebido outorgas quando não eram diretores estatutários. O plano foi criado com o objetivo de facilitar o alinhamento de interesses entre Executivos e acionistas no longo prazo.

Adicionalmente, a Administração submeteu à aprovação dos acionistas, em assembleia geral realizada em 18 de dezembro de 2020, o Segundo Plano de Remuneração em Ações ("2º Plano"), aditado pela Assembleia Geral realizada em 13 de agosto de 2021.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa mensal, na forma de pró-labore, definido de acordo com regras estratégias e condições gerais previamente estabelecidas e fixadas pela Assembleia Geral e pela Administração da Companhia, com o objetivo de compensá-los pela sua participação nas reuniões do Conselho de Administração e outras atividades desenvolvidas no âmbito de suas atribuições.

Os Conselheiros Independentes da Companhia não serão elegíveis ao recebimento de PLR e benefícios (seguros e ticket), uma vez que não são empregados da Companhia.

Conselho Fiscal:

A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

Membros de Comitê:

Os membros dos comitês que sejam funcionários da Companhia não receberão remuneração específica, entretanto, membros independentes poderão receber pró-labore para tanto, se assim deliberado pelo Conselho de Administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

No curto prazo, a política de remuneração está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia previamente definidos. No médio e longo prazo, a remuneração baseada em ações (plano de opções) possibilita aos elegíveis a formação de patrimônio por meio da valorização das ações entre a outorga e sua liberação para venda.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

| Conselho de Administração | 31.12.2024 | 31.12.2023 | 31.12.2022 |
|---------------------------|------------|------------|------------|
| Remuneração Fixa | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Remuneração Variável | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Benefícios | 0,00% | 0,00% | 0,00% |

| Diretoria | 31.12.2024 | 31.12.2023 | 31.12.2022 |
|----------------------|------------|------------|------------|
| Remuneração Fixa | 80,00% | 83,22% | 55,00% |
| Remuneração Variável | 0,00% | 16,51% | 15,00% |
| Benefícios | 20,00% | 0,27% | 30,00% |

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

O valor e o reajuste da remuneração são propostos pela Administração e deliberados nas Assembleias, que têm como atribuição fixar o montante global da remuneração dos administradores. A proposta da Administração leva em consideração o valor da remuneração de praticados em companhias abertas brasileiras e a capacidade financeira da Companhia.

A Companhia, realiza periodicamente pesquisas de mercado, coordenada pela área de recursos humanos, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os principais indicadores dizem respeito a administração financeira (fluxo de caixa e EBITDA), que representam em média 60% das metas, além de indicadores de processos, satisfação de clientes e pessoas, que completam os demais 40%.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada função e tem como parâmetro os resultados positivos da Companhia no respectivo ano de exercício, que busca o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores.

8.1 Política ou prática de remuneração

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Sim, com exceção dos Membros Independentes do Conselho, os demais membros do Conselho de Administração renunciaram à remuneração.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------------|
| Nº total de membros | 6 | 7 | | 13,00 |
| Nº de membros remunerados | 3 | 7 | | 10,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 683.956,80 | 5.436.216,99 | | 6.120.173,79 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 1.355.480,76 | | 1.355.480,76 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 1.812.072,33 | | 1.812.072,33 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | | | | |
| Total da remuneração | 683.956,80 | 8.603.770,08 | | 9.287.726,88 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------------|
| Nº total de membros | 6 | 6 | | 12,00 |
| Nº de membros remunerados | 3 | 6 | | 9,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 683.956,80 | 5.061.374,04 | | 5.745.330,84 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 1.166.450,00 | | 1.166.450,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | | | | |
| Total da remuneração | 683.956,80 | 6.227.824,04 | | 6.911.780,84 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------------|
| Nº total de membros | 6 | 7 | | 13,00 |
| Nº de membros remunerados | 3 | 7 | | 10,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 636.459,80 | 5.932.438,20 | | 6.568.898,00 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 1.176.759,09 | | 1.176.759,09 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 19.530,00 | | 19.530,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | | | | |
| Total da remuneração | 636.459,80 | 7.128.727,29 | | 7.765.187,09 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------------|
| Nº total de membros | 7 | 6 | | 13,00 |
| Nº de membros remunerados | 4 | 6 | | 10,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 911.942,39 | 5.755.884,36 | | 6.667.826,75 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 3.166.638,24 | | 3.166.638,24 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | | | | |
| Total da remuneração | 911.942,39 | 8.922.522,60 | | 9.834.464,99 |

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------------------|
| N° total de membros | 6 | 7 | | 13,00 |
| N° de membros remunerados | 3 | 7 | | 10,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| EM RELAÇÃO AO BÔNUS | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 00,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 0,00 | 18.120.723.305,56 | | 18.120.723.305,56 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |

Exercício Social: 31/12/2024

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| N° total de membros | 6 | 6 | | 12,00 |
| N° de membros remunerados | 3 | 6 | | 9,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| EM RELAÇÃO AO BÔNUS | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 0,00 | 1.481.409,12 | | 1.481.409,12 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |

Exercício Social: 31/12/2023

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| N° total de membros | 6 | 7 | | 13,00 |
| N° de membros remunerados | 3 | 7 | | 10,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| EM RELAÇÃO AO BÔNUS | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 0,00 | 3.166.638,24 | | 3.166.638,24 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |

Exercício Social: 31/12/2022

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| N° total de membros | 7 | 6 | | 13,00 |
| N° de membros remunerados | 4 | 6 | | 10,00 |
| Esclarecimento | | | | |
| EM RELAÇÃO AO BÔNUS | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas | 0,00 | 3.166.638,24 | | 3.166.638,24 |
| Valor efetivamente reconhecido no exercício social | 0,00 | 992.791,69 | | 992.791,69 |

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia possui 2 (dois) planos de Outorga de Opção de Compra de Ações, sendo:

1º Plano aprovado em AGOE realizada em 02 de setembro de 2011, elegível única e exclusivamente aos diretores não estatutários da Companhia, o qual teve suas opções outorgadas e exercidas em sua totalidade, ressalvadas 20.000 opções já vencidas em setembro de 2021 e não exercidas, razão pela qual não será detalhado nesta sessão do FRE.

2º Plano aprovado em AGE realizada em 18 de dezembro de 2020, neste novo modelo são beneficiários do Plano os diretores estatutários e não estatutários, e demais empregados da Companhia e subsidiárias, inclusive aqueles que já sejam eventualmente proprietários de ações da Companhia. Os sócios controladores e membros do Conselho de Administração não serão elegíveis ao Plano.

a. Termos e condições gerais

A Companhia, por meio do seu Conselho de Administração, indicou, em conformidade com o 2º Plano, aqueles dentre diretores estatutários ou não, e empregados da Companhia e subsidiárias que terão direito à outorga da opção (“Beneficiários”) e que foram devidamente convidados por escrito a participar do 2º Plano mediante a formalização de Contrato de Opção de Compra de Ações.

Compete ainda ao Conselho de Administração definir os colaboradores elegíveis tornar-se-ão Beneficiários e celebrarão os Contratos de Opção, assim como a quantidade de opções de compra de ações a que cada Beneficiário terá direito, observadas as limitações previstas neste Plano.

Os termos e as condições de cada Opção de Compra concedida de acordo com o 2º Plano serão fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações definindo, entre outras condições, e observadas as disposições deste Plano:

- a. o número e a espécie de ações que serão entregues com o exercício da opção;
- b. a Outorga da opção, o prazo de vencimento da Opção de Compra e a data na qual o exercício da opção e todos os direitos dela decorrentes expirarão;
- c. o Preço da Outorga das Opções de Compra de Ações (Prêmio);
- d. o Preço de Exercício das Opções de Compra; e
- e. quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o 2º Plano.

O objetivo do 2º Plano consiste em estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, especialmente no sentido de se atingir as condições para a realização de uma oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (“IPO”), permitindo

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a certos executivos e empregados optar por adquirir ações da Companhia, nos termos e condições previstos no Plano.

b. Data de aprovação e órgão responsável

AGE realizada em 18 de dezembro de 2020 - Órgão Responsável: Conselho de Administração

c. Número máximo de ações abrangidas

As opções incluídas no 2º Plano terão como lastro, no máximo, 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) Ações, correspondentes a até 5,50% do total das ações da Companhia na presente data, incluído as opções de compra das Ações Ordinárias existentes em tesouraria, com diluição proporcional dos atuais acionistas em caso de emissão. Uma vez exercida a Opção de Compra de Ações pelos Beneficiários, as ações ordinárias correspondentes serão objeto de emissão, por meio de aumento do capital da Companhia a ser deliberado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, ou venda, caso sejam oferecidas opções de compra de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, conforme condições estabelecidas neste Plano e nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações.

As Ações a serem emitidas no âmbito do 2º Plano serão ações ordinárias.

Os acionistas, nos termos do que dispõe o artigo 171, § 3º, da Lei das S.A., não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano, respeitado o limite do capital autorizado aprovado pela Assembleia Geral da Companhia para este fim, nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das S.A.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Até no máximo 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) opções de compra de Ações. A conversão das opções em ações observará a proporção de 1 (uma) opção para 1 (uma) ação.

e. Condições de aquisição de ações

O preço de outorga da opção será determinado pela aplicação da seguinte fórmula de precificação:

PREÇO DA OPÇÃO:

$PO = 5\%$ do Patrimônio Líquido na data da outorga, dividido pelo número total de ações da Companhia.

A Opção de Compra de Ações somente poderá ser exercida se e quando ocorrer um dos seguintes Eventos de Liquidez: (a) alienação de participação acionária que implique na mudança do controle acionário da Companhia; ou (b) realização de oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(“IPO”), independentemente do valor das ações de emissão da Companhia na data da ocorrência dos Eventos de Liquidez.

As opções de compra de Ações deverão ser exercidas integralmente, dentro dos prazos e nas condições estabelecidas nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações, as quais deverão ser consistentes com as condições gerais previstas neste Plano. O prazo de exercício será de até 5 (cinco) anos contados da ocorrência de um dos Eventos de Liquidez previstos no 2º Plano.

Se após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos não tiver ocorrido nenhum Evento de Liquidez, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão recompradas pela empresa pelo valor pago pelo beneficiário corrigido pelo IPC-A.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço do exercício de cada Opção de Compra de Ações será determinado com base no Enterprise Value, calculado com base no EBITDA anual dos últimos três exercícios encerrados e auditados da Companhia imediatamente anteriores à data de compra das opções ("Preço de Exercício da Opção de Compra"), conforme fórmula abaixo:

| |
|---|
| ENTERPRISE VALUE: $EV = 6 \times \text{Média do EBITDA da Companhia nos últimos três exercícios}$ |
|---|

O Preço de Exercício da Opção de Compra, será corrigido pelo IPC-A +3,00% (três por cento) ao ano, desde a outorga até o exercício.

Uma vez estabelecido o Preço de Exercício da Opção de Compra, caso o Endividamento Líquido (valor correspondente à diferença entre o valor do Caixa e do Endividamento da Companhia) seja maior que 2,5 vezes o EBITDA, o valor da diferença será adicionado ao Preço de Exercício da Opção de Compra. O Endividamento será considerado proporcionalmente ao número de Ações objeto da Opção de Compra.

A Opção de Compra somente poderá ser exercida mediante entrega da Notificação de Exercício pelo Beneficiário no prazo e nos períodos fixados no 2º Plano e nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações.

Caso o Beneficiário exerça seu direito de compra de ações, o preço deverá ser pago em até 10 (dez) dias contados da data de entrega da Notificação de Exercício, devendo a emissão das respectivas ações (e/ou venda, no caso de ações em tesouraria) ocorrer em até 30 (trinta) dias da data do pagamento do preço de exercício pelo Beneficiário.

g. Critério para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O prazo de exercício é de até 5 (cinco) anos a contar da ocorrência de um dos Eventos de Liquidez. Para todos os beneficiários, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão adquiridas em lotes,

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

seguindo a seguinte sistemática de carência: (i) no momento da outorga, não haverá qualquer lote vestido; (ii) no primeiro ano será vestido o primeiro lote, correspondente a 50% das Ações outorgadas; (iii) no segundo ano será vestido o segundo lote, correspondente a 75% das Ações outorgadas; e (iv) no terceiro ano será vestido o terceiro lote, correspondente a 100% das Ações outorgadas.

No caso de Evento de Liquidez, conforme previsto no 2º Plano, no mínimo 30,00% das opções outorgadas poderão ser adquiridas imediatamente (caso ainda não tenha sido atingido o Ano 1), independentemente dos prazos previstos, possibilitando seu posterior exercício nos termos definidos no 2º Plano. Os demais percentuais (Ano 2 e Ano 3) seguirão a sistemática original prevista acima.

Se após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos não tiver ocorrido nenhum dos Eventos de Liquidez previstos no 2º Plano, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão recompradas pela empresa pelo valor pago pelo Beneficiário corrigido pelo IPC-A desde o referido pagamento.

h. Forma de liquidação

Os Beneficiários que venham a ser titulares de Ações em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito do 2º Plano terão direito de venda conjunta (“tag along”) proporcional em caso de alienação de participação acionária detida, direta ou indiretamente, no capital social da Companhia pelo acionista Benjamin Ribeiro Quadros, que implique a mudança do controle acionário da Companhia.

O direito de venda conjunta de cada Ação dos Beneficiários será correspondente a 100,00% (cem por cento) do valor atribuído a cada ação alienada pelo acionista Benjamin Ribeiro Quadros.

Além disso, o acionista Benjamin Ribeiro Quadros terá o direito de compelir os Beneficiários que venham a ser titulares de Ações no âmbito do 2º Plano a vender as Ações de que sejam titulares (“drag along”).

i. Restrições à transferência das ações

No caso de Evento de Liquidez consistente em IPO, as Ações no âmbito do 2º Plano deverão ser convertidas no equivalente de Ações a que o Beneficiário tem direito, do mesmo tipo e classe das demais ações ofertadas na Bolsa de Valores, e somente poderão ser vendidas pelos Beneficiários, na forma e prazos estabelecidos no referido IPO e de acordo com as demais obrigações contratadas perante a B3 e em conformidade com as demais leis aplicáveis.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Se o número de ações existentes na Companhia for aumentado ou diminuído ou se as ações forem trocadas por espécies ou classes diferentes, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão então feitos ajustamentos apropriados no número de Ações em relação às quais as opções tenham sido concedidas e ainda não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajustamento correspondente ao preço de exercício por cada ação ou qualquer unidade de ação abrangida pela opção.

Se a Companhia for capitalizada, a qualquer momento, os Beneficiários, quando do exercício das opções de compra, terão sido proporcionalmente diluídos.

O Conselho de Administração estabelecerá as regras aplicáveis aos Beneficiários para os casos de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização societária da Companhia.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caso o contrato de trabalho ou o mandato do Beneficiário venha a cessar em razão (a) de, respectivamente, pedido de demissão ou renúncia; ou (b) demissão (sem justa causa) ou destituição (sem justo motivo), o Beneficiário poderá: manter as opções já pagas e exercê-las caso ocorra um dos Eventos de Liquidez, desde que em até 30 (trinta) dias dos eventos ali descritos, mediante notificação por escrito enviada ao Conselho de Administração da Companhia, sendo que, após tal prazo, a Companhia realizará a recompra das opções de compra outorgadas ao Beneficiário pelo valor do Prêmio calculado com base na data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato. Na hipótese de demissão com justa causa ou destituição com justo motivo, obedecida, conforme for o caso, a definição de justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável, a Companhia efetuará a recompra das opções de compra outorgadas ao Beneficiário pelo valor do Prêmio calculado com base na data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, conforme a metodologia de cálculo descrita no plano.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2025**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------|
| N° total de membros | | 7 | | 7,00 |
| N° de membros remunerados | | 7 | | 7,00 |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto | | 7% | | 0,00 |
| Esclarecimento | | | | ---- |
| PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES | | | | |
| Em aberto no início do exercício social | | 5,42 | | 5,42 |
| Perdidas e expiradas durante o exercício social | | 0,00 | | 0,00 |
| Exercidas durante o exercício social | | 0,00 | | 0,00 |

Exercício Social: 31/12/2024

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------|
| N° total de membros | | 6 | | 6,00 |
| N° de membros remunerados | | 6 | | 6,00 |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto | | 0,7% | | 0,00 |
| Esclarecimento | | | | ---- |
| PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES | | | | |
| Em aberto no início do exercício social | | 5,26 | | 5,26 |
| Perdidas e expiradas durante o exercício social | | 0,00 | | 0,00 |
| Exercidas durante o exercício social | | 0,00 | | 0,00 |

Exercício Social: 31/12/2023

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------|
| N° total de membros | | 7 | | 7,00 |
| N° de membros remunerados | | 7 | | 7,00 |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto | | 0,7% | | 0,00 |
| Esclarecimento | | | | ---- |
| PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES | | | | |
| Em aberto no início do exercício social | | 4,33 | | 4,33 |
| Perdidas e expiradas durante o exercício social | | 0,00 | | 0,00 |
| Exercidas durante o exercício social | | 0,00 | | 0,00 |

Exercício Social: 31/12/2022

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------|
| N° total de membros | | 6 | | 6,00 |
| N° de membros remunerados | | 6 | | 6,00 |
| Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto | | 0,7% | | 0,00 |
| Esclarecimento | | | | ---- |
| PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES | | | | |
| Em aberto no início do exercício social | | 3,07 | | 3,07 |
| Perdidas e expiradas durante o exercício social | | 0,00 | | 0,00 |
| Exercidas durante o exercício social | | 0,00 | | 0,00 |

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data de cada outorga;
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não aplicável. Não houve outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável. Os membros do conselho de administração e a diretoria estatutária da Companhia não possuem, atualmente, opções em aberto.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. número de ações

e. preço médio ponderado de exercício

f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável. Não há opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não aplicável. Não há remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de ações outorgadas
- f. prazo máximo para entrega das ações
- g. prazo de restrição à transferência das ações
- h. valor justo das ações na data da outorga
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não aplicável. Não há outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| Nº total de membros | | 7,00 | |
| Nº de membros remunerados | | 7,00 | |
| Nº de ações | | 0 | |
| Preço médio ponderado de aquisição | | 0,00 | |
| Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas | | 0,00 | |
| Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas | | 0,00 | |
| Esclarecimento | | | |

Exercício Social: 31/12/2024

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| Nº total de membros | | 6,00 | |
| Nº de membros remunerados | | 6,00 | |
| Nº de ações | | 0 | |
| Preço médio ponderado de aquisição | | 0,00 | |
| Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas | | 0,00 | |
| Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas | | 0,00 | |
| Esclarecimento | | | |

Exercício Social: 31/12/2023

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| Nº total de membros | | 7,00 | |
| Nº de membros remunerados | | 7,00 | |
| Nº de ações | | 0 | |
| Preço médio ponderado de aquisição | | 0,00 | |
| Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas | | 0,00 | |
| Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas | | 0,00 | |
| Esclarecimento | | | |

Exercício Social: 31/12/2022

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| Nº total de membros | | 6,00 | |
| Nº de membros remunerados | | 6,00 | |
| Nº de ações | | 0 | |
| Preço médio ponderado de aquisição | | 0,00 | |
| Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas | | 0,00 | |
| Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas | | 0,00 | |
| Esclarecimento | | | |

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

O valor das opções emitidas no âmbito do Plano 2 foi determinado utilizando-se a metodologia “Barone-Adesi e Whaley”, uma variante do modelo “Black & Scholes”, que permite a precificação do tipo americano, no qual o detentor poderá exercê-la a qualquer momento até o limite do prazo de expiração da opção. O modelo estabelece o valor justo considerando a expectativa de dividendos, a expectativa de volatilidade, a taxa de juros livre de risco e o prazo de maturidade.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- ✓ **Preço das ações:** Como a Companhia não possuía ações negociadas até a data de avaliação do plano de stock options, foi realizado pela Administração uma estimativa de valor justo considerando a metodologia denominada de fluxo de caixa descontado. O valor da ação estimado foi de R\$ 7,92.
- ✓ **Preço de exercício:** 1º lote – R\$ 3,53; 2º lote – R\$ 4,68; 3º lote – R\$ 5,64
- ✓ **Volatilidade esperada:** Foi utilizado uma proxy de volatilidade de empresas similares do mercado acionário americano com taxa média de 31,8%.
- ✓ **Prazo de vida da opção:** consideramos um prazo de vida de 5 anos a partir da data do evento de liquidez (Oferta pública de ações ou venda de controle), conforme disposto no Plano de Opções.
- ✓ **Dividendos esperados:** O dividendo yield foi considerando uma distribuição mínima de 25% dos lucros em forma dividendos dos resultados de 2021 e 2020. A taxa de dividendos obtida foi de 1,00204% ao ano.
- ✓ **Taxa de juros livre de risco:** Foi utilizado como proxy para a taxa livre de risco as taxas de referência para ajustes de contratos de Swap DI x Pré. A taxa média utilizada foi de 9,60% e 9,53%.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para as opções, foi mensuramos o valor justo dos direitos sobre a valorização de ações, mediante um modelo de precificação de opções na data de concessão, registrando tal despesa como despesas gerais e administrativas ao longo do período de carência de cada tranche das opções.

8.12 Precificação das ações/opções

O modelo utilizado “Barone-Adesi e Whaley” sugere uma fórmula na qual a equação diferencial estocástica é dividida em dois componentes: o valor da opção europeia e o prêmio de exercício antecipado. Esta solução envolve encontrar o valor crítico de forma que se fique indiferente entre o exercício antecipado e a manutenção até o vencimento.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A determinação da volatilidade esperada foi realizada por uma proxy de volatilidade de empresas similares do mercado acionário americano.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu Valor Justo

Não foram considerados outros elementos além daqueles já descritos.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Na tabela abaixo apresentamos a quantidade de ações da BRQ detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

| Órgão | Sociedade Emissora dos Valores Mobiliários | 12.2023 | 12.2024 |
|---------------------------|--|------------|------------|
| Conselho de Administração | BRQ Soluções em Informática S.A. | 86.451.073 | 86.451.073 |
| Diretoria Estatutária | BRQ Soluções em Informática S.A. | 13.564.066 | 13.564.066 |
| Conselho Fiscal | BRQ Soluções em Informática S.A. | - | - |

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável, uma vez que a Companhia não contribui com planos de previdência de titularidade dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

| | Diretoria Estatutária | | | Conselho de Administração | | |
|--------------------------------|-----------------------|--------------|--------------|---------------------------|------------|------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Nº de membros | 6 | 7 | 6 | 6 | 6 | 7 |
| Nº de membros remunerados | 6 | 7 | 6 | 3 | 3 | 4 |
| Valor da maior remuneraçãoReal | 998.835,48 | 1.082.175,84 | 1.032.221,91 | 227.985,60 | 227.985,60 | 227.985,60 |
| Valor da menor remuneraçãoReal | 562.731,48 | 777.216,48 | 691.123,42 | 227.985,60 | 227.985,60 | 227.985,00 |
| Valor médio da remuneraçãoReal | 829.002,34 | 847.491,17 | 861.672,67 | 227.985,60 | 227.985,60 | 227.985,01 |

Observações e esclarecimentos

| | Diretoria Estatutária | |
|--|-----------------------|----------------|
| | Observação | Esclarecimento |
| | | |

| | Conselho de Administração | |
|--|---------------------------|----------------|
| | Observação | Esclarecimento |
| | | |

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Contratos entre a Companhia e seus Administradores não contêm quaisquer arranjos contratuais. A Companhia não fornece apólices de seguros nem outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para seus Administradores, ressalvado pela apólice de seguro D&O referida neste FRE.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

| EXERCÍCIO 2022 | | | |
|------------------------------------|----------------------------------|------------------------------|------------------------|
| a. órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
| b. percentual da remuneração total | 0% | 100% | N/A |
| EXERCÍCIO 2023 | | | |
| a. órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
| b. percentual da remuneração total | 0% | 100% | N/A |
| EXERCÍCIO 2024 | | | |
| a. órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
| b. percentual da remuneração total | 0% | 100% | N/A |
| EXERCÍCIO 2025 (PREVISÃO) | | | |
| a. órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
| b. percentual da remuneração total | 0% | 100% | N/A |

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável. Não há valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável. Nenhum membro do Conselho da Administração ou da Diretoria Estatutária da Companhia recebeu remuneração decorrente de suas atividades na Companhia cujos valores tenham sido reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.



Anexo IV: Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II Instrução CVM 481/09)



**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
RESOLUÇÃO CVM Nº 81, DE 29 DE MARÇO DE 2022**

ANEXO A

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 é de **R\$ 62.498.501,47** (Sessenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quinhentos e um reais e quarenta e sete centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global corresponde a **R\$ 43.690.147,87** (Quarenta e três milhões, seiscentos e noventa mil, cento e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos) para distribuição de dividendos (obrigatórios e adicionais) e juros sobre capital próprio aos acionistas.

O valor por ação dos dividendos obrigatórios (com atualização monetária), dividendos adicionais e juros sobre capital próprio é de **R\$ 0,33140655**.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do Lucro Líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, corresponde a 100% do lucro líquido ajustado.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

| Descrição | Data Declaração de Pagamento | Valor Bruto (R\$) | Valor Bruto por Ação ON (R\$) | Data Pagamento |
|---|--------------------------------------|-------------------|-------------------------------|----------------|
| Dividendos Adicionais | 17/04/2025 | R\$ 15.624.625,37 | R\$ 0,11848760 | 28/04/2025 |
| Dividendos Adicionais (Atualização Monetária) | A ser informado na ata da assembleia | | | |

Poderá incidir sobre o pagamento dos dividendos a aplicação da atualização monetária pela variação do IGP-M do mês anterior à referida atualização e calculado pro rata temporis, a partir da data do encerramento do exercício social até a data do seu efetivo pagamento aos acionistas.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, devido não ter ocorrido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

| Descrição | 31.12.2024 | 31.12.2023 | 31.12.2022 |
|-------------------|---------------|---------------|---------------|
| Lucro Líquido | 62.498.501,47 | 69.373.099,83 | 83.853.273,18 |
| Ações ON | 133.186.083 | 133.186.083 | 133.186.083 |
| Lucro por Ação ON | 0,469256 | 0,52087 | 0,62959 |



b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

| Descrição | 31.12.2024 | 31.12.2023 | 31.12.2022 |
|------------------------|----------------|----------------|----------------|
| JCP | 12.360.645,44 | - | - |
| Dividendos | 31.249.250,74 | 34.686.549,92 | 40.547.291,64 |
| Ações ON | 133.186.083 | 133.186.083 | 133.186.083 |
| Ações | 131.867.172 | 132.509.998 | 132.863.910 |
| Ações em tesouraria | 1.318.911 | 676.085 | 322.173 |
| JCP por Ação ON | 0,09374 | 0,26177 | 0,30518 |
| Dividendos por Ação ON | 0,23698 | 0,26177 | 0,30518 |

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não haverá destinação de lucro à Reserva Legal neste exercício social, tendo em vista que o valor que constitui tal reserva atingiu o seu limite, correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme os termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, a reserva legal é constituída por meio da destinação de 5% do lucro líquido, sendo que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações não poderá exceder 30% do capital social, no exercício em que o valor for superior ao limite não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.



9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, devido não possuímos ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Conforme previsto no ARTIGO 36º - Anualmente, no dia 31 de dezembro, a COMPANHIA encerrará o seu exercício social, ocasião em que será levantado o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras previstas em lei, observando-se, quanto ao resultado, as seguintes disposições:

- (i) do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda;
- (ii) do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (iii) 25% (vinte e cinco por cento) do saldo, pelo menos, para pagamento de dividendos obrigatórios, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e



(iv) os lucros remanescentes serão distribuídos ou destinados à Reserva de Investimento, que não poderá ultrapassar o valor do capital social e que terá como finalidade (a) financiamento à expansão das atividades da COMPANHIA, (b) pagamento de dividendos intermediários, (c) resgate, reembolso ou aquisição, pela COMPANHIA de suas próprias ações ou (d) aumento de capital social da COMPANHIA.

§ 1º - Havendo saldo dos resultados, após as destinações referidas nos itens (i) a (v) acima, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral, observadas as prescrições legais. Caso o saldo de reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas.

§ 2º - Sem prejuízo do balanço patrimonial previsto no caput deste artigo, a COMPANHIA poderá, sempre que necessário, levantar balanços extraordinários. § 3º - Sem prejuízo do balanço patrimonial previsto no “caput” deste artigo, a Companhia poderá, sempre que necessário, levantar balanços extraordinários.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da BRQ.



12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável**
- d. Justificar a constituição da reserva**

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
- b. Identificar o montante destinado à reserva**
- c. Descrever como o montante foi calculado**

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção**

A proposta do orçamento de capital aprovada pela Companhia, para o exercício social do ano de 2023, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, para fins de atender às necessidades de aquisições de empresas e investimentos no montante total de **R\$ 131.658.533,75** (Cento e trinta e um milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).



b. Fornecer cópia do orçamento de capital

| | |
|--|---------------------------|
| Aquisição de Empresas / Investimentos | R\$ 131.658.533,75 |
| Total de Orçamento de Capital | R\$ 131.658.533,75 |
| D) Orçamento de Capital - Artigo 196 da lei 6.404/76 | |
| Tendo em vista o crescimento da BRQ e as projeções realizadas para os negócios até 2024, a Companhia fará investimentos em projetos de aquisição de empresas, investimentos em ativos tangíveis e intangíveis de TI e investimentos minoritários em start-ups. | |
| Para tanto, será oportuna a formação da reserva de investimentos futuros no montante de R\$ 131.658.533,75 . | |

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

b. Explicar a natureza da destinação

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu destinação de resultado para a reserva



Anexo V: Orçamento de Capital



SHAPE THE
FUTURE.
NOW.



ORÇAMENTO DE CAPITAL

| | |
|---------------------------------------|---------------------------|
| Aquisição de Empresas / Investimentos | R\$ 131.658.533,75 |
| Total de Orçamento de Capital | R\$ 131.658.533,75 |

D) Orçamento de Capital - Artigo 196 da lei 6.404/76

Tendo em vista o crescimento da BRQ e as projeções realizadas para os negócios até 2024, a Companhia fará investimentos em projetos de aquisição de empresas, investimentos em ativos tangíveis e intangíveis de TI e investimentos minoritários em start-ups.

Para tanto, será oportuna a formação da reserva de investimentos futuros no montante de **R\$ 131.658.533,75**.